



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Juliana Soares Pacheco Munhoz

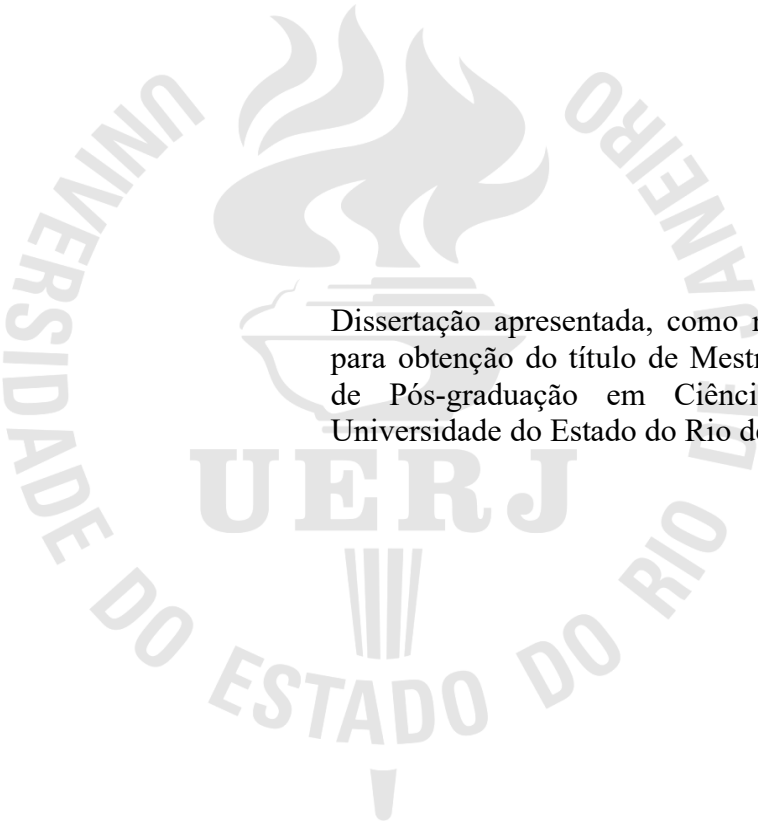
**Pretorianismo à brasileira:
o legado intervencionista e o enraizamento militar na política**

Rio de Janeiro

2024

Juliana Soares Pacheco Munhoz

**Pretorianismo à brasileira:
o legado intervencionista e o enraizamento militar na política**



Dissertação apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa
de Pós-graduação em Ciência Política, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

M966 Munhoz, Juliana Soares Pacheco.
Pretorianismo à brasileira: o legado intervencionista e o enraizamento militar na política / Juliana Soares Pacheco Munhoz. – 2024.
76 f. : il.

Orientador: Christian Edward Cyril Lynch.
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Militarismo – Brasil - Teses. 2. Militares – Atividades política – Brasil – Teses. 3. Brasil – Política e governo – Teses. I.Lynch, Christian Edward Cyril. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III.Título.

CDU 355.015 (21)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Juliana Soares Pacheco Munhoz

**Pretorianismo à brasileira:
o legado intervencionista e o enraizamento militar na política**

Dissertação apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa
de Pós-graduação em Ciência Política, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 09 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Ronaldo Gomes Carmona
Escola Superior de Guerra

Rio de Janeiro
2024

Ao Fabiano, meu parceiro incansável

AGRADECIMENTOS

Toda a minha trajetória educacional, sem dúvidas, veio da base sólida que a minha família, meus pais e minhas irmãs, que me proporcionaram para a minha dedicação e respeito a todo o processo de conhecimento e pesquisa.

À minha mãe, Maria Alvina, lhe deixo um agradecimento especial, pois tenho a honra de ter nascido do teu ventre, ter sido educada e amada por ti, quem eu sou hoje, e todas as novas versões que eu ambiciono ser, são resultado de todos os esforços e abdições que fizeste por mim. Te amo imensuravelmente.

Ao meu marido e inabalável companheiro, Fabiano Munhoz, que nunca vacilou em me apoiar na minha jornada acadêmica. Sou muito feliz de ter feito do teu sobrenome o meu, pois é uma afirmação diária de como tu marca e acompanha a minha vida, é um pedaço que agora é nosso e tenho orgulho de ter te escolhido para viver tudo isso do meu lado. Tu veio ao mundo para fazer dele um lugar melhor.

Também e, certamente, muito importate nessa jornada foi a minha grande amiga Lára Lagoa, que me acompanha desde a graduação e viveu intensamente comigo toda a jornada do mestrado, semana após semana, com muitas histórias, vinhos e comida boa. Obrigada pelo acolhimento e pela tua amizade, tu tornou esses anos mais leves.

Dentre os meus amores pessoais, agradeço todos os dias pela existência das minhas fiéis companheiras: Sif e Kali. Me seguiram, literalmente, durante todo o processo de escrita, em todos os momentos de bloqueios e frustrações, mas nos de bom rendimento também. Sempre aquecendo o meu coração e me lembrando da hora de encerrar os trabalhos do dia.

O mestrado me trouxe muitas dinâmicas novas, disciplinas desafiadoras e demandas altas, diferentes na perspectiva de cada uma das pessoas, docentes e discentes, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Contudo, no meio de tudo isso, o meu orientador, Christian Edward Cyril Lynch, foi sempre uma boia refletora nesse novo mar. Ele me deu todas as ferramentas e me disse onde estaria a terra firme, coube a mim determinar a maneira que eu gostaria de chegar. Christian, obrigada pelas orientações, conversas e, principalmente, por ser um ouvinte tão bom dos meus anseios e expectativas.

Ainda dentro do IESP-UERJ, não poderia deixar de mencionar o querido diretor Fernando Fontainha. Além dos meus objetivos de pesquisa, sempre me envolvi nas atividades extras dentro do Instituto, tendo como principal e com muito orgulho a revista científica discente. O processo de reativação e reestruturação da Cadernos de Estudos Sociais e

Políticos foi dispendioso em todos os sentidos e pude contar irrestritamente quanto ao teu ao apoio profissional e institucional.

Além dele, estiveram do meu lado nessa jornada com a Cadernos as minhas inestimáveis companheiras, Juliana Tardem e Júlia Furtado, sem elas a revista e muitos outros projetos e objetivos, seriam apenas um sonho. Obrigada por terem dividido comigo o fardo da pós-graduação até aqui. Vocês são insubstituíveis na minha vida, chegaram de maneira arrebatadora e me surpreenderam, pois eu não esperava criar esse nível de companheirismo e conexão nessa trajetória, no máximo estimava ter boas colegas, mas vocês romperam todas as barreiras.

Também, não poderia faltar aqui mais um agradecimento à Priscila Petereit de Paola Gonçalves, que também está nos agradecimento da minha monografia, uma professora exímea e que me acompanhou no momento mais sensível da minha graduação, quando é necessário saber o que virá após a colação de grau. Por meio do teu acolhimento e sensibilidade conheci ao Leonardo Seiichi Sasada Sato, teu esposo, que também agradeço por ter me auxiliado no ingresso à pós-graduação, as nossas conversas e todo o tempo que tu me disponibilizou foram cruciais na minha trajetória. Muito obrigada.

Por fim, não poderia deixar de agradecer aos fomentos públicos, em especial à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas em Nível Superior e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, que me acompanharam durante esse período em projetos e pesquisas.

Corremos o risco de sermos surpreendidos pelos acontecimentos como em 1964. Por falta de vontade política, de competência, de capacidade de antecipação, de *virtù*, como dizia Maquiavel, podemos ser novamente atropelados pelas rodas da fortuna

José Murilo de Carvalho

RESUMO

MUNHOZ, Juliana Soares Pacheco. *Pretorianismo à brasileira: o legado intervencionista e o enraizamento militar na política*. Orientador: Christian Edward Cyril Lynch. 2024. 76f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Este estudo se insere em um contexto de crescente cristalização da politização das Forças Armadas no Brasil, especialmente a partir de 2014, quando as intervenções militares na política se tornaram mais visíveis desde a redemocratização. Esse fenômeno foi acompanhado por um discurso conservador que propõe a salvação do país pelas mãos dos militares, algo que, para mim, representa um ponto crucial de análise. Em minha pesquisa contextualizo o papel das Forças Armadas na América Latina, onde o envolvimento militar na política é uma prática comum, e busco entender como essas dinâmicas refletem nas relações de poder dentro do Brasil. Minha dissertação oferece uma visão crítica sobre a continuidade de uma mentalidade intervencionista e militarista, que permanece influente no cenário político atual, visando investigar a relação entre as Forças Armadas e a sociedade brasileira, com foco na construção de um imaginário de confiança e apoio à instituição, apesar de seu histórico de intervenções políticas. O objetivo principal é entender como o militarismo é estruturado no Brasil e vê-lo por uma ótica ideológica com base na obra de Michael Freeden. Para tal, foi adotada uma abordagem qualitativa, utilizando métodos de reconstrução lógica e análise bibliográfica, com uma investigação descritiva e exploratória, buscando compreender como as atitudes, concepções e discursos emanados da caserna impactam a percepção sobre os militares. Os resultados indicam que, apesar de seu histórico de intervenções, as Forças Armadas mantêm um alto grau de legitimidade entre a população civil, sendo vista como uma instituição moralmente superior e capaz de resolver os problemas do país. Além disso, destaco que a ideologia militarista tem raízes profundas na história do Brasil, especialmente após o movimento tenentista e as sucessivas intervenções militares no governo. Por fim, concluo que a confiança inabalável da sociedade brasileira nas Forças Armadas não pode ser explicada apenas por uma percepção racional da eficiência institucional, mas está profundamente enraizada em um imaginário cultural. A presença constante de discursos militaristas e a legitimação da intervenção militar, mesmo em tempos de paz, refletem uma dinâmica de pretorianismo que continua a influenciar a política brasileira.

Palavras-chave: forças armadas; tempos de paz; militarismo; política brasileira.

ABSTRACT

MUNHOZ, Juliana Soares Pacheco. *Brazilian praetorianism: the interventionist legacy and military rootedness in politics*. Orientador: Christian Edward Cyril Lynch. 2024. 76f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This study is part of a context of increasing politicization of the Armed Forces in Brazil, especially since 2014, when military interventions in politics became more visible since redemocratization. This phenomenon has been accompanied by a conservative discourse that proposes the salvation of the country at the hands of the military, something that, for me, represents a crucial point of analysis. In my research I contextualize the role of the Armed Forces in Latin America, where military involvement in politics is a common practice, and seek to understand how these dynamics reflect on power relations within Brazil. My dissertation offers a critical view of the continuity of an interventionist and militaristic mentality, which remains influential in the current political scenario, aiming to investigate the relationship between the Armed Forces and Brazilian society, focusing on the construction of an imaginary of trust and support for the institution, despite its history of political interventions. The main objective is to understand how militarism is structured in Brazil and to view it from an ideological perspective based on the work of Michael Freeden. To this end, a qualitative approach was adopted, using methods of logical reconstruction and bibliographic analysis, with a descriptive and exploratory investigation, seeking to understand how the attitudes, conceptions and discourses emanating from the barracks impact the perception of the military. The results indicate that, despite its history of interventions, the Armed Forces maintain a high degree of legitimacy among the civilian population, being seen as a morally superior institution capable of solving the country's problems. I would also point out that the militarist ideology has deep roots in Brazil's history, especially after the Tenentist movement and the successive military interventions in government. Finally, I conclude that Brazilian society's unwavering confidence in the Armed Forces cannot be explained solely by a rational perception of institutional efficiency, but is deeply rooted in a cultural imaginary. The constant presence of militaristic discourses and the legitimization of military intervention, even in times of peace, reflect a dynamic of praetorianism that continues to influence Brazilian politics.

Keywords: armed forces; times of peace; militarism; brazilian politics.

RÉSUMÉ

MUNHOZ, Juliana Soares Pacheco. *Le prétorianisme brésilien : l'héritage interventionniste et l'enracinement militaire dans la politique*. Orientador: Christian Edward Cyril Lynch. 2024. 76f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Cette étude s'inscrit dans un contexte de politisation croissante des Forces armées au Brésil, en particulier depuis 2014, lorsque les interventions militaires dans la politique sont devenues plus visibles depuis la redémocratisation. Ce phénomène s'est accompagné d'un discours conservateur qui propose le salut du pays aux mains des militaires, ce qui représente pour moi un point d'analyse crucial. Dans ma recherche, je contextualise le rôle des forces armées en Amérique latine, où l'implication des militaires dans la politique est une pratique courante, et je cherche à comprendre comment cette dynamique se reflète dans les relations de pouvoir au Brésil. Ma thèse offre une vision critique de la continuité d'une mentalité interventionniste et militariste, qui reste influente dans le scénario politique d'aujourd'hui, et vise à étudier la relation entre les forces armées et la société brésilienne, en mettant l'accent sur la construction d'un imaginaire de confiance et de soutien pour l'institution, malgré son histoire d'interventions politiques. L'objectif principal est de comprendre comment le militarisme est structuré au Brésil et de l'envisager dans une perspective idéologique basée sur le travail de Michael Freeden. Pour ce faire, une approche qualitative a été adoptée, utilisant des méthodes de reconstruction logique et d'analyse bibliographique, avec une investigation descriptive et exploratoire, cherchant à comprendre comment les attitudes, les conceptions et les discours émanant des casernes influencent la perception des militaires. Les résultats indiquent que, malgré son histoire d'interventions, les forces armées maintiennent un haut degré de légitimité parmi la population civile, étant perçues comme une institution moralement supérieure capable de résoudre les problèmes du pays. En outre, je souligne que l'idéologie militariste est profondément enracinée dans l'histoire du Brésil, en particulier après le mouvement tenentista et les interventions militaires successives au sein du gouvernement. Enfin, je conclus que la confiance inébranlable de la société brésilienne dans les forces armées ne peut s'expliquer uniquement par une perception rationnelle de l'efficacité institutionnelle, mais qu'elle est profondément ancrée dans un imaginaire culturel. La présence constante de discours militaristes et la légitimation de l'intervention militaire, même en temps de paix, reflètent une dynamique de prétorianisme qui continue d'influencer la politique brésilienne.

Mots-clés: forces armées; temps de paix; militarisme; politique brésilienne.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Conceitos de Militarismo e Militarização.....	25
Quadro 2 -	Conceito de Ideologia.....	40
Quadro 3 -	Interpretações da missão do Exército na sociedade.....	47
Quadro 4 -	Pilares para a Incorporação da Missão Organizacional na Política Nacional.....	49
Tabela 1 -	Diplomados pela Escola Superior De Guerra.....	55
Quadro 5 -	Características centrais da UDN.....	57
Gráfico 1 -	Confiança nas Instituições.....	60
Gráfico 2 -	Evolução da Confiança nas Instituições (anos ímpares).....	61
Quadro 6 -	Características do Ambiente Militar.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN	Academia das Agulhas Negras
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CFRB	Constituição da República Federativa do Brasil
DIE	Divisão de Infantaria Expedicionária
ESG	Escola Superior de Guerra
FA	Forças Armadas do Brasil
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FGV	Fundação Getúlio Vargas
ICJBrasil	Índice de Confiança na Justiça no Brasil
STF	Superior Tribunal Federal
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	PRETORIANISMO NA AMÉRICA LATINA.....	21
1.1	Militarismo: o imaginário de guerra.....	21
1.2	Romantização do militarismo.....	29
1.3	América Latina: o inimigo sempre será outro.....	34
2	FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: HISTÓRIA E IDEOLOGIA.....	39
2.1	O Militarismo enquanto ideologia na sociedade brasileira.....	39
2.2	Brasil Imperial e o Golpe da República.....	41
2.3	A República e o estabelecimento das Forças Armadas do Brasil.....	45
3	POLÍTICA (MILITAR) BRASILEIRA.....	52
3.1	Intervencionismo, conservadorismo e golpismo.....	52
3.2	A convicção de proteção e amparo: a confiança na instituição militar.....	58
3.3	Na disputa pelo espólio do poder moderador: todos os males do Brasil resolvidos pela caserna.....	64
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS.....	73

INTRODUÇÃO

Ao concluir minha monografia no curso de Direito em 2022 sobre democracia e liberdade de expressão no período compreendido entre 2013 e 2020, experimentei um desconforto persistente: a estreita proximidade dos militares em relação aos governos civis. Essa inquietação foi o motor que impulsionou minha busca por uma pós-graduação em ciência política. As contradições que permeiam a relação entre as Forças Armadas e o governo, bem como o status conferido à figura militar pela população civil, pareciam-me em um evidente desacordo.

Além dessa percepção de descompasso, observava-se uma crescente presença de discursos militarizados no cenário político, acompanhada por segmentos significativos da população que almejavam uma realidade sob o comando dos militares. Nesse contexto, surgiu, a meu ver, uma questão passível de exploração. Assim sendo, meu direcionamento durante a revisão da literatura foi a indagação: como o militarismo é estruturado no Brasil e por quê depositamos tamanha confiança nas Forças Armadas?

Com mais de 200 anos desde a constituição das Forças Armadas Brasileiras, observa-se um extenso histórico de intervenções e problemas políticos, muitos dos quais foram respaldados ou iniciados pela caserna. Não obstante, a confiança e a percepção de impecabilidade atribuídas a essa instituição permanecem como uma constante na trajetória do país.

Isto posto, minha dissertação centra-se na busca de respostas e evidências que contestem essa conclusão amplamente aceita, especialmente entre conservadores e reacionários, embora não restrita a esses grupos, que afirmam que as Forças Armadas seriam a solução para todos os males que assolam o Brasil. Essa visão simplista considera as instituições militares como a grande solução, abrange diversas esferas, como a governabilidade, a economia, a infraestrutura, a política e a gestão dos recursos disponíveis.

A influência, confiança e o culto que a população civil deposita na caserna, apesar de seu histórico conturbado, são inegáveis e constituem a base sobre a qual se desdobra minha pesquisa. A politização do Estado-Maior, especialmente no âmbito do Exército, tem experimentado um crescimento notável, pairando sobre o mundo civil como uma sombra intervencionista, respaldada por autonomia e recursos financeiros substanciais. Nesse contexto, esboçarei uma hipótese acerca de como essa noção de crença inabalável nas Forças Armadas é moldada. Para tanto, buscarei identificar quais pontos de vista, atitudes e

concepções emanados da caserna impactam e configuram a percepção que os civis possuem sobre a instituição militar e formam uma base ideológica.

Para tal finalidade, foi empregado o método de reconstrução lógica de caráter histórico-sistemático. A investigação bibliográfica constitui o principal recurso utilizado neste estudo, sendo realizada uma análise cuidadosa e uma síntese das ideias e descobertas presentes nas fontes consultadas. As ferramentas utilizadas foram as tradicionais, incluindo a elaboração de proximidades conceituais, construção e reconstrução de argumentos e a análise de conceitos, entre outros procedimentos metodológicos.

A abordagem escolhida é de natureza qualitativa, adotando um sentido ontológico que reconhece a realidade como múltipla e subjetiva, em consonância com a natureza do meu objeto de estudo. Além disso, no âmbito axiológico, não se presume a neutralidade do pesquisador, considerando que cada fonte escolhida já forma um posicionamento. Assim, a investigação orienta-se, predominantemente, por uma perspectiva de estudos descritivos; ao mesmo tempo, ao me valer de estudos exploratórios, busco aprofundar a compreensão sobre o objeto. Essa estratégia permite uma análise mais rica e fundamentada, capaz de abrir novas perspectivas e direções para o meu trabalho.

No que tange às bases teóricas, serão utilizadas, em primazia, as obras de Alfred Vagts e Alain Rouquié para o desenvolvimento e debate argumentativo acerca da relação entre os militares e o Estado. Além disso, recorrer-se-á aos conceitos elaborados por Michael Freeden, Erving Goffman e Charles Taylor, que servirão de fundamentos para a análise. Quanto ao caráter histórico da pesquisa, as contribuições de Frank McCann e José Murilo de Carvalho serão fundamentais para contextualizar os fenômenos discutidos ao longo da dissertação.

Minha pesquisa justifica-se pela relevância das Forças Armadas no Brasil, tanto sob uma perspectiva histórica, considerando suas intervenções em momentos cruciais e de desenvolvimento cultural e político do país — como o golpe da República, o tenentismo, a década de 1930 e o golpe de 1964 — quanto sob uma perspectiva atual, à luz dos eventos políticos que ocorreram nos últimos anos, especialmente a partir de 2014. O objetivo desta análise, sem dúvida, é dar continuidade aos diálogos iniciados pelos teóricos e pesquisadores anteriormente mencionados, contribuindo para a compreensão da dinâmica dos militares na sociedade brasileira.

Isto posto, factualmente, o pretorianismo emerge como um elemento de significativa relevância, quiçá central, nos processos estruturais dos países. O imaginário bélico permeia inúmeros momentos históricos e contemporâneos das nações, especialmente as latino-americanas, onde o envolvimento do verde oliva na política, em diversas ocasiões, tem sido

considerado como uma prática habitual e inevitável, adaptando-se conforme as rupturas sociais e políticas ocorriam.

Nesse contexto, no subcontinente da América Latina, os exércitos políticos (Kruijt; Koonings, 2013) constituem parte elementar dos processos fundacionais e da dinâmica dos países latinos americanos com as instituições militares, refletindo, evidentemente, nas configurações políticas de cada nação. Para os autores, *“não é exagero afirmar que na América Latina a profissão militar é frequentemente um prelúdio para uma carreira política”* (Ibidem, p. 91)

No Brasil, as intervenções políticas por parte das Forças Armadas são praxe em sua cronologia (Stepan, 1986; McCann, 2007; Victor, 2022). Desde o golpe da República até o restabelecimento do Estado Democrático de Direito em 1985, a caserna tem trabalhado para estabelecer e consolidar seu poder político, passando por períodos de maior destaque e outros de aparente retirada (Carvalho, 2005; Quadros; Madeira, 2018). Ademais, é fundamental não apenas analisar as obras que abordam a atuação militar, mas também considerar as produções realizadas internamente pelos membros da instituição ou destinadas a eles, utilizando o status conferido por essa posição para sua impulsão (Ustra, 2002; Tavares, 2009; Castro, 2021). Essa abordagem proporciona uma visão intrínseca sobre as percepções dos militares em relação às suas ações e posicionamentos políticos dentro das Forças Armadas.

Além disso, nessas constantes da instituição militar brasileira, há o plano de fundo permanente da convicção de superioridade e confiança inabalável que uma parcela significativa da população deposita nas Forças Armadas, buscando tutela e soluções que se apresentam como supostamente técnicas — podendo ser interpretadas como quase mágicas — para os problemas que afligem o país. Sem dúvidas, os próprios militares colaboram para a perpetuação desse imaginário por meio de suas produções, discursos e por meio da formação ministrada nas academias e quartéis.

O ideário intervencionista no Brasil manifestou-se de forma contínua ao longo da história, mas, a partir do movimento tenentista, que possuía um caráter político-militar na década de 1920, observa-se uma adesão crescente por parte da população civil, até então pouco engajada nas políticas do país em relação a esse imaginário bélico, militarista e à proteção das fronteiras e dos valores em face de males maiores (Araújo, 1988; Forjaz, 1989).

Posteriormente, outros movimentos sustentaram esse vínculo ativo entre os militares e a política. Exemplos como a Ação Integralista Brasileira, o golpe de 1964 e a criação do Terceiro Comando em 1988 evidenciam essa permanência das manifestações intervencionistas das Forças Armadas em relação ao governo do país. Essa dinâmica ressalta, não apenas a

influência militar na esfera política, mas também a contínua mobilização de uma narrativa que pretende legitimar a intervenção como uma resposta a crises percebidas ou fabricadas.

Para chegar ao desenho do pretorianismo à brasileira com base em uma ideologia militarista, inicia-se na compreensão dos termos utilizados quando se trabalha com as Forças Armadas e a política, no que diz respeito ao militarismo e à militarização. Além disso, o entendimento enquanto subcontinente da América Latina corroborará para a finalidade pretendida.

Certamente, o momento de reconhecimento da força armada enquanto instituição, em sua fundação no período imperial brasileiro, faz-se fundamental. Os eventos até o contexto geral da década de 1920 a 1930, quando as Forças Armadas começaram a se articular de forma mais significativa como atores políticos (Coelho, 2000), é marcado por um aumento da influência militar nas esferas governamentais, refletindo uma dinâmica que se consolidaria ao longo do século XX. A análise, portanto, culminará nas interações entre a sociedade civil, os militares e o Estado, e as suas configurações, influenciadas por eventos políticos cruciais, como a redemocratização e as crises subsequentes.

É importante ressaltar que o regime ditatorial instaurado em 1964 não será um foco central neste trabalho; sua abordagem será tratada de maneira histórica e conjectural, contribuindo para uma compreensão mais ampla da relação entre as Forças Armadas e a política brasileira. Ao contextualizar os momentos anteriores e posteriores a esse período ditatorial, busca-se elucidar como as experiências passadas moldaram as percepções atuais sobre o papel militar na política, enfatizando a continuidade de um imaginário que frequentemente ressurgiu em tempos de crise — ou supostas crises.

Ademais, faz-se necessário salientar que o termo militares, amplamente utilizado nesta dissertação, refere-se especificamente aos membros das Forças Armadas, compreendendo o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Em que pese o uso do termo em outros setores, principalmente no setor de segurança, como bombeiros, brigadas militares e polícias militares, não serão eles abarcados na presente pesquisa.

Um dos pilares que reforça a necessidade de uma análise sobre o período pós 1988 é o receio dos presidentes eleitos em intervir nas prerrogativas e orçamentos das Forças Armadas. Essa situação demonstra, a bem da verdade, que ocorre um pacto político informal, onde *“os civis são governo, mas permitem que as Forças Armadas sejam também poder, e estas em troca não golpeiam as instituições políticas”* (Zaverucha, 2000, p. 309).

Atualmente, a ascensão do bolsonarismo serviu para cristalizar as intervenções da caserna na política brasileira, evidenciando um *modus operandi* e seus objetivos quando a um

conservadorismo nivelado pela moral dos militares e ao liberalismo. Nesse contexto, o artigo 142 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e a noção de que as Forças Armadas são os fundadores da República são utilizados como fundamentos para suas reivindicações golpistas.

No Brasil, persiste o problema mal resolvido do papel das Forças Armadas em tempos de paz (Vagts, 1959; Centeno, 2022), sendo os períodos de tranquilidade, paradoxalmente, os mais propícios para o militarismo prosperar e conquistar adeptos e defensores. Essa dinâmica ressalta a fragilidade da posição imposta aos militares brasileiros no Estado Democrático de Direito diante da constante reemergência do militarismo, mesmo em contextos onde a paz deveria predominar e seus interesses, em teoria, estarem satisfeitos.

Todo esse entendimento quanto ao militarismo e aos autores supramencionados, podem ser analisados sobre a chave da escola de exame morfológico das ideologias, pensando em uma estrutura micro e com foco em revelar padrões (Freeden, 2003). Dessa perspectiva o militarismo apresenta-se como uma forma de pensamento, um sistema de crenças que requer articulação e lógica, mas não muita coerência (Lynch, 2018).

Com base nesses eixos orientadores, a presente dissertação será estruturada em três capítulos principais, que serão desenvolvidos em tópicos e fundamentados em diversas bases teóricas, da seguinte forma:

i) No primeiro capítulo, intitulado "Pretorianismo na América Latina", serão apresentados os conceitos fundamentais que alicerçam este trabalho, começando pela análise dos termos *militarismo* e *militarização*, com base na obra de Alfred Vagts (1959). Em seguida, abordaremos a romantização do mundo militar, apoiando-se nas teorias de Lodge e Taber (2000) e Erving Goffman (1974) sobre instituições totais, com a finalidade de compreender como essas influenciam recaem sobre as dinâmicas sociais e políticas. Para finalizar o capítulo, as noções discutidas até o momento serão aplicadas ao contexto latino-americano, utilizando como principais referências as contribuições de Alain Rouquié (1984) e de Kruijt e Koonings (2013), que oferecem uma chave de leitura crítica sobre o papel das forças armadas no subcontinente.

ii) No segundo capítulo, intitulado "Forças Armadas: história e ideologia", será traçada uma análise basilar sobre o militarismo enquanto ideologia (Freeden, 2003); posteriormente, será traçada, escolhendo momentos-chave, quanto a trajetória da caserna, desde sua formação da caserna no período do Brasil Imperial até o golpe de 1889, tendo como fontes principais as obras de Frank McCann (2007) e José Murilo de Carvalho (2005). Em seguida, será analisado como as Forças Armadas se estabeleceram no país e definiram seu

papel durante o período republicano, fundamentando-se nas contribuições de Filipe Nicoletti Ribeiro (2021), Fábio Victor (2022) e Rodrigo Lentz (2022). Além disso, serão discutidas as obras de Eliézer Rizzo de Oliveira (1976; 1987) e Maria Cecília Spina Forjaz (1989), que tratam da importância da Escola Superior de Guerra (ESG) e da influência dos movimentos externos que moldaram a missão das Forças Armadas e sua relação com a sociedade brasileira. Este capítulo tem como objetivo aprofundar a compreensão das dinâmicas que estabeleceram e consolidaram o vínculo entre as Forças Armadas e a política brasileira ao longo de sua história, com ênfase nos elementos ideológicos e nas estruturas institucionais que influenciaram esse relacionamento.

iii) e, por fim, o terceiro capítulo, intitulado “Política (Militar) Brasileira” a noção intervencionista, valendo-me do conservadorismo estatista de Oliveira Vianna (Lynch, 2018) e golpismo democrático (Delgado, 2006; Mello, 2022). Em sequência, serão abordadas as convicções de amparo e tutela que a caserna espelha para a sociedade civil e vice-versa, com base no Índice de Confiança na Justiça no Brasil (ICJBrasil). Para concluir, será feita uma análise dos militares como um dos litigantes pelo espólio do Poder Moderador, tendo como obras principais os estudos de Christian Lynch (2005; 2017; 2022), e como contribuem para se considerarem os aparentes ganhadores nessa causa e a maneira como isso reflete no imaginário sobre os militares serem a resolução de todos os males do Brasil.

1. PRETORIANISMO NA AMÉRICA LATINA

Compreender exige teoria, esta exige
abstração, e abstração exige simplificação e
ordenamento da realidade. Teoria alguma pode
explicar todos os fatos.

Samuel P. Huntington
O Soldado e o Estado

1.1 Militarismo: o imaginário de guerra

Ao longo do século XX, no Brasil, os militares sustentaram uma dinâmica pretoriana, caracterizada por constantes interferências políticas, especialmente por parte do Exército brasileiro. No entanto, após o processo de redemocratização em 1985, a concepção de uma nova aproximação dos militares parecia estar dormente, ou, ao menos, era essa a percepção predominante entre o homem médio. Essa sensação de inatividade sugere um anseio por estabilidade, contudo, as nuances sobre as relação civil-militar permaneciam tapadas pela peneira sob a superfície de uma democracia recém-reconquistada.

Uma consideração relevante, ao se discutir as Forças Armadas e interferências políticas no Brasil, é o porquê de o Exército ser frequentemente visto como o salvador, o interventor plausível, enquanto a Marinha e a Aeronáutica raramente são incluídas nesse mesmo escopo, apesar de serem igualmente integrantes das forças militares do país. Essa assimetria de percepção pode refletir uma série de fatores históricos, culturais e simbólicos que moldam a imagem de cada uma das armas da instituição perante a sociedade e a política nacional.

Normalmente, os apelos e os vínculos, tanto estéticos quanto verbais — cores das roupas, gritos de guerra, escolha dos pseudo heróis para homenagens — são predominantemente dirigidos ao Exército brasileiro, reforçando as demandas intervencionistas e golpistas especificamente na direção deles.

Embora, ocasionalmente, haja algum endereçamento relacionado às outras integrantes da tríade militar, restam sendo, normalmente, relacionados ao status de Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, perpetuando uma narrativa que privilegia o Exército em detrimento das demais.

Sobre esse ponto, Frank McCann abre seu livro *Soldados da Pátria* (2007), acerca da História do Exército Brasileiro no período de 1889-1937, explicando justamente o motivo de ser pouco referenciada as outras duas armas brasileiras ao longo da sua pesquisa. A sua introdução estabelece o contexto para a análise do Exército, ressaltando as dinâmicas históricas e sociais que contribuíram para essa disparidade na representação. Ao fazê-lo, McCann lança luz sobre a singularidade do papel do Exército na construção da identidade militar no Brasil

Por que a Marinha só aparece nas margens desta história? Porque esse foi seu papel e relevo nesse período. Sobretudo depois das rebeliões navais em 1893 e 1910, os generais e políticos não confiaram nos almirantes ou nos marinheiros e deliberadamente mantiveram a Marinha fraca e marginal. A Força Aérea passou a ser uma arma separada em 1941, mas faço menção às primeiras fases da aviação militar sob a égide do Exército (McCann, 2007, p. 13)

Com outra perspectiva, mas abordando o mesmo ponto, José Murilo de Carvalho traz como reflexão o conceito de desemprego estrutural (Carvalho, 2005, p. 133-137). Essa definição abarca a ideia de que a caserna possui um problema basilar, tendo um déficit em sua própria existência. Embora as Forças Armadas se legitimem pela proteção do território nacional, especialmente contra ameaças externas e fronteiriças, em períodos de paz, essa função se torna obscurecida, criando um vácuo de atividade no interior do Exército. Essa lacuna leva a uma busca por ameaças internas na sociedade, incentivando a identificação de problemáticas intrínsecas, o que pode resultar em instabilidades e, eventualmente, em intervenções mais contundentes.

Nesse contexto, o desemprego estrutural ganhou maior relevância com as transformações sociais e econômicas que o Brasil enfrentou, especialmente após a ditadura militar de 1964. Esse período, marcado por profundas alterações na estrutura política e na dinâmica social, evidenciou ainda mais as discrepâncias entre as três armas brasileiras em relação a estima da população civil. A busca por novos papéis e funções, em um cenário de paz, tornou-se um norte a seguir, um desafio de como se inserir na sociedade de outra maneira. Nesse momento transicional, a Marinha e a Aeronáutica envolveram-se

na luta pela tecnologia de ponta, pela indústria nacional, pela defesa de novos ramos de atividade econômica. [...] As duas forças adotaram também uma política de contratação de civis para a execução de tarefas técnicas; a Marinha abriu as portas para as mulheres. Tudo isso contribui para reduzir o exagerado *esprit de corps*, para ‘civilizar’, ao mesmo tempo democratizar, as duas forças (Carvalho, 2005, p. 136-137)

Entretanto, o Exército demorou a ingressar nessa disputa tecnológica e na abertura civil, o que gerou uma problemática significativa para as Forças Armadas por conta dessa distinção entre seus entes, aproximando aquele de uma noção mais intervencionista e sendo tal situação ainda mais expressiva por conta de seu tamanho

O grande problema para a evolução aqui apontada é sem dúvidas o Exército. Além de **constituir dois terços do efetivo militar**, ele chegou muito mais tarde à fase tecnológica e sua natureza se presta menos a tal caminho. [...] **Não se percebe ainda com clareza como dar ao Exército uma atividade socialmente relevante** que se justifique também do ponto de vista da defesa externa. Não é de novo por acaso que venha dele a maior resistência à mudança constitucional. Ironicamente, a força que se vangloriava de ser a mais democrática é a que aparece hoje como a mais resistente à democracia (Carvalho, 2005, p. 137, grifo nosso)

Essas diferenças sociais, econômicas e estruturais entre as três forças seriam um dos argumentos apresentados por José Murilo de Carvalho para sugerir a possibilidade de constituir um freio ao intervencionismo. Em vez de uma divisão fundamentada em questões políticas, como ocorre atualmente, a proposta seria que essa distinção se baseasse em suas diferenças factuais. Essa reconfiguração poderia contribuir para uma relação mais equilibrada entre os ramos das Forças Armadas, reduzindo a tendência a intervenções políticas e promovendo um entendimento mais claro das funções específicas de cada instituição no contexto nacional.

Superada a distinção e a demarcação entre a tríade das Forças Armadas, torna-se necessário afirmar o entendimento de ser aplicável apenas o uso de *Exército* para me referir sobre as ações e a história das Forças Armadas.

Isto posto, passamos à próxima conceituação necessária, tornando-se imprescindível entender os conceitos de militarismo e militarização que hoje permeiam uma grande gama de debates acadêmicos e pessoais no Brasil. O historiador alemão Alfred Vagts traz uma diferenciação dos conceitos supramencionados do seguinte modo

Todas as guerras são travadas, todos os exércitos são mantidos de forma militar e de forma militarista. A distinção é fundamental e fatídica. O **modo militar** é marcado por uma **concentração primária de homens e materiais na conquista de objetivos específicos de poder com a máxima eficiência**, isto é, com o menor dispêndio de sangue e tesouro. É **limitada** no seu âmbito, confinada a uma função, e científica nas suas qualidades essenciais. O **militarismo**, por outro lado, **apresenta uma vasta gama de costumes, interesses, prestígio, ações e pensamentos associados aos exércitos e às guerras, mas que transcendem os verdadeiros objetivos militares**. De fato, o militarismo é constituído de tal forma que pode dificultar e derrotar os objetivos da via militar. A sua influência é de âmbito **ilimitado**, pode permear toda a sociedade e tornar-se dominante em todas as indústrias e artes. Rejeitando o carácter científico da via militar, o militarismo exhibe

as qualidades de casta e culto, autoridade e crença (Vagts, 1959, p. 13, tradução nossa¹, grifo nosso)

Em que pese o livro *a history of militarism: civilian and military* (1959) ser majoritariamente descritivo, com um enfoque histórico mais do que argumentativo, sua obra se consagra como um clássico ao revelar as distintas fases das Forças Armadas nas primeiras etapas do desenvolvimento do capitalismo. Essa análise proporciona uma compreensão valiosa das interações entre militares e civis ao longo das décadas.

Resumidamente, para Vagts, o capitalismo nascente recorre os exércitos mercenário; o capitalismo mercante adota práticas de recrutamento e requisição; enquanto o capitalismo industrial estabelece o serviço militar obrigatório. Já, em relação as interações entre parlamentares e oficiais militares, há uma variação de acordo com o contexto político e militar de cada país, mas geralmente envolve negociações, influência mútua e, por vezes, conflitos de interesses. Assim, trazendo nuances sobre as relações de poder entre civis e militares, bem como as tensões e reflexões no Estado quando elas colidem.

Dentro de sua teoria, Vagts diferencia os termos militarismo e militarização, ambos de significativa relevância para as explicações conceituais e analíticas desta dissertação. Embora frequentemente utilizados como sinônimos e passíveis de mescla conforme o contexto em que são aplicados, ele elucida as distinções que os cercam e orienta sobre a utilização adequada de cada um. Essa diferenciação é crucial para uma compreensão mais profunda das dinâmicas militares na sociedade, partindo de uma semântica fundacional para os estudos dessas temáticas.

Além disso, é fundamental definir a tradução que será utilizada para o termo *military way*, que, em tradução livre, significa "jeito militar". Para os propósitos dos estudos brasileiros, bem como deste trabalho, esse conceito pode ser perfeitamente transposto e utilizado como militarização.

Perante o exposto, as noções conceituais que abrangem os termos militarismo e militarização podem ser delineadas da seguinte forma:

¹ Texto original: Every war is fought, every army is maintained in a military way and in a militaristic way. The distinction is fundamental and fateful. The military way is marked by a primary concentration of men and materials on winning specific objectives of power with the utmost efficiency, that is, with the least expenditure of blood and treasure. It is limited in scope, confined to one function, and scientific in its essential qualities. Militarism, on the other hand, presents a vast array of customs, interests, prestige, actions, and thought associated with armies and wars and yet transcending true military purposes. Indeed, militarism is so constituted that it may hamper and defeat the purposes of the military way. Its influence is unlimited in scope. It may permeate all society and become dominant over all industry and arts. Rejecting the scientific character of the military way, militarism displays the qualities of caste and cult, authority and belief.

Quadro 1 – Conceitos de Militarismo e Militarização

Militarismo	Militarização
Vasta gama de costumes, interesses, prestígio, ações e pensamentos associados aos exércitos e às guerras, mas que transcendem os verdadeiros objetivos militares.	Concentração primária de homens e materiais na conquista de objetivos específicos de poder com a máxima eficiência, menor dispêndio de sangue e tesouro.
Influência de âmbito ilimitado, pode permear toda a sociedade, projeta-se sobre esfera civil.	Limitado ao seu âmbito, confinado na sua função.
Caráter de culto, autoridade e crença	Caráter científico

Fonte: Vagts, Alfred, 1959, p. 13-14.

Assim, o militarismo transcende os muros dos quartéis, ele permeia a sociedade civil e passa a ser uma crença, um culto da população na superioridade desse tipo de autoridade. Vagts traça uma comparação entre o militarismo e o imperialismo, ressaltando que ambos frequentemente se misturam, pois os dois *“quase nunca existem por si só. Ambas são tendências largamente ‘justificadas’ pela história — isto é, cobrem as suas novas exigências com um manto de tradição, uma invocando as imagens de imperadores há muito mortos, a outra recordando glórias passadas de ação”* (Vagts, 1959, p. 15, tradução nossa²)

Esse entendimento do militarismo como crença já havia sido articulado por Rui Barbosa durante sua campanha eleitoral em 1909

O militarismo, governo da nação pela espada, arruina as instituições militares, subalternidade legal da espada à nação. As instituições militares organizam juridicamente a força. O militarismo a desorganiza. O militarismo está para o Exército, como o fanatismo para a religião, como o charlatanismo para a ciência, como o industrialismo para a indústria, como o mercantilismo para o comércio, como o cesarismo para a realeza, como o demagogismo para a democracia, como o absolutismo para a ordem, como o egoísmo para o eu (Faoro, 2001, p. 653 apud Barbosa, 1909-1910, p. 43).

Também, o mesmo conceito aparece em destaque na obra *Os Donos do Poder: formação do patronado político brasileiro* (2001) de Raymundo Faoro, que realiza uma análise profunda das raízes e desdobramentos do patrimonialismo brasileiro. Este tema é revisado e

² Texto original: The two hardly ever exist by themselves. Both are tendencies largely “justified” by history — that is, they cover their new demands with a cloak of tradition, the one invoking the images of emperors long dead, the other recalling past glories of action. And, in fact, history has examples of both to show

significativamente ampliado em sua segunda edição, publicada em 1975, refletindo sobre como as estruturas de poder e os interesses políticos se entrelaçam ao longo da história do país. Contudo, essa obra será abordada de maneira mais detalhada no próximo capítulo, embora sua relevância para o contexto atual já se manifeste neste momento.

Dessa forma, enquanto a militarização se refere a processos que ocorrem internamente dentro da caserna, o militarismo se revela em uma escala mais ampla, manifestando-se em práticas sociais e ideológicas que permeiam a vida cotidiana

as disposições e a disciplina militares tornaram-se um grande modelo para os patrões ou gestores individuais do industrialismo e, finalmente, para a ordem concebida pelo fascismo e pelo comunismo. Até certo ponto, também, o Exército de Salvação representa uma tentativa de utilizar os instintos militares ao serviço da filantropia religiosa. Várias organizações eclesásticas fizeram igualmente uso de formas e inclinações militares: os jesuítas desde cedo imitaram instituições militares e toleraram características não cristãs no militarismo, como o duelo (Vagts, 1959, p. 21, tradução nossa³)

No final das contas, o militarismo pode ser compreendido através de atos que vão além da mera preparação para a guerra, querendo que as Forças Armadas justifiquem-se em si próprias

Um exército construído de tal forma que serve os militares e não a guerra, é militarista; o mesmo acontece com tudo o que num exército não é preparação para a luta, mas existe apenas para diversão ou para satisfazer caprichos em tempo de paz, como a cavalaria há muito anacrônica. Isto foi bem expresso pelo grão-duque russo que admitiu odiar a guerra “porque estraga os exércitos” (Ibidem, 1959, p. 15, tradução nossa⁴)

E continua

o teste ácido de um exército é a guerra - não a boa opinião que tem de si próprio ou que ganha com a “doutrinação” ou outras “atividades promocionais” antes da guerra,

³ Texto original: Carried beyond their immediate uses and romantic associations, military arrangements and discipline have become a great pattern for individual employers or managers under industrialism, and finally for the order conceived of by Fascism and Communism. To a Certain extent also, even the Salvation Army represents an attempt to get hold of military instincts in the service of religious philanthropy. Various church organizations have likewise made use of military forms and inclinations: the Jesuits from an early time imitated military institutions and condoned un-Christian features in militarism, like dueling.

⁴ Texto original: An army so built that it serves military men, not war, is militaristic; so is everything in an army which is not preparation for fighting, but merely exists for diversion or to satisfy peacetime whims like the long-anachronistic cavalry. This was well expressed by the Russian grand duke who admitted that he hated war “because it spoils the armies.”

ou mesmo, por vezes, depois de uma derrota. A guerra é o critério, e apenas a guerra. O resto é publicidade (Vagts, 1959, p. 16, tradução nossa⁵).

Por fim, para firmar o conceito utilizado sobre *militarismo*, faz-se necessário colocar qual seria o seu antônimo conceitual. Seguindo o norte do historiador alemão

O militarismo não é, portanto, o oposto do pacifismo; a sua verdadeira contrapartida é o civilismo. O amor pela guerra, a belicosidade, é a contrapartida do amor pela paz, o pacifismo; mas o militarismo é mais, e por vezes menos, do que o amor pela guerra. **Abrange todos os sistemas de pensamento e de valores e todos os complexos de sentimentos** que colocam as instituições e os meios militares acima dos meios da vida civil, **transportando a mentalidade militar e os modos de atuação e de decisão para a esfera civil** (Ibidem, 1959, p. 17, grifo nosso, tradução nossa⁶)

Assim, o antônimo pode ser entendido como civilismo, que se refere a uma abordagem que prioriza valores e instituições civis em detrimento da influência militar. O civilismo enfatiza a importância da democracia, dos direitos humanos e da participação ativa da sociedade civil na esfera política, contrapondo-se à lógica militarista que, muitas vezes, busca justificar intervenções e um estado de vigilância constante.

Em suma, a militarização está mais diretamente ligada à preparação e prática da guerra. Enquanto o militarismo possui um cunho ideológico e ilimitado. Essa distinção seria a conclusão mais assertiva sobre o termo *militarismo* e as possibilidades do seu alcance mesmo na ausência de conflitos armados.

Não tendo opacidades quanto ao termo, resta cristalino o seu emprego no imaginário de guerra que aqui se lidará, mesmo dentro da esfera civil. Na perspectiva de Vagts, assim como na de outros autores, como Miguel Angel Centeno (2002), que corroboram seu argumento clássico, o militarismo tende a prosperar em tempos de paz.

De um modo geral, **o militarismo floresce mais em tempo de paz do que em tempo de guerra.** Em tempo de guerra, no entanto, a prossecução de objetivos não idênticos à conquista da vitória é militarista; **os empreendimentos para a pura glória ou para a reputação dos líderes, que reduzem a força de combate dos exércitos e os destroem a partir do seu interior, são abrangidos por esta categoria.** Tais características apareceram em todas as guerras e foram severamente

⁵ Texto original: the acid test of an army is war—not the good opinion it entertains of itself or wins by “indoctrination” or other “promotional activities” before the war, or even sometimes after a defeat. War is the criterion, and war only. The rest is advertisement.

⁶ Texto original: Militarism is thus not the opposite of pacifism; its true counterpart is civilianism. Love of war, bellicosity, is the counterpart of the love of peace, pacifism; but militarism is more, and sometimes less, than the love of war. It covers every system of thinking and valuing and every complex of feelings which rank military institutions and ways above the ways of civilian life, carrying military mentality and modes of acting and decision into the civilian sphere.

condenadas por comandantes militares competentes (Vagts, 1959, p. 15, grifo nosso, tradução nossa⁷)

Não obstante, o conceito de militarização, sem dúvidas, também pode emergir na esfera política, embora em um contexto distinto de aplicação, com um impacto menos imediato sobre a população civil⁸. Já o militarismo estará em contato direto e ilimitado com a esfera civil, mais associado a um caráter ideológico, há uma noção de superioridade geral sobre o modelo de vida dos militares.

Contudo, é importante ressaltar que indivíduos que vivem sob a égide da militarização podem igualmente ser influenciados pelo militarismo, como ilustrado na análise dos exércitos apresentada por Vagts. Embora esses termos possam parecer semelhantes, suas conotações semânticas são, de fato, distintas.

Cabe salientar que, em diversos trabalhos acadêmicos no Brasil, o termo militarização é frequentemente utilizado para designar a presença dos militares na política do país, sem necessariamente se alinhar à divisão conceitual supramencionada. Por exemplo, a militarização está ocorrendo em uma escala gloral, tendo um replexo direto com a ampliação e extensão dos conflitos entre os países, obviamente, os gastos militares também aumentaram exponencialmente (The Miliraty Balance⁹, 2023).

Considerando os conceitos apresentados, o pretorianismo pode ser definido como a presença dos militares no âmbito político, caracterizando-se como uma militarização do sistema político. Paralelamente, essas ações se manifestam na sociedade, refletindo-se na expressão do militarismo, com um formato ideológico, que evidencia a influência e os valores militares na vida civil. Em suma, ele seria uma conceito próximo de uma ideologia para teorizar sobre a presença política da caserna.

Por último, mas sem dúvidas necessária, é o esclarecimento quanto ao caudilhismo. Ele pode ser representado com múltiplas facetas, podendo ser perceptível em movimentos de qualquer ponto do espectro político — desde fascistas aos comunistas, sendo muito comum em repúblicas populistas. Todavia, o caudilhismo possui um forte característica, independente de qual o eixo norteador, que é o abrigo no conceito de nacionalismo (Mello, 2022).

⁷ Texto original: Generally speaking, militarism flourishes more in peacetime than in war. In wartime, however, the pursuit of ends not identical with the winning of victory is militaristic; enterprises for sheer glory or the reputation of leaders. which reduce the fighting strength of armies and wreck them from within, come under that head. Such features have appeared in every war and have been sharply condemned by competent military commanders.

⁸ Um exemplo válido de ser exposto quando a militarização e a população civil são os casos das milícias que, a grosso modo, são o acúmulo de um processo de militarização das polícias e das forças de segurança.

⁹ Relatório produzido anualmente pela The International Institute for Strategic Studies e publicado pela Routledge, Londres/UK.

Diferente do militarismo, o caudilhismo está vinculado habitualmente a uma condição personalíssima, tendo a sua estrutura baseada em um caudilho, podendo ele ter apoio de determinados setores e instituições. Contudo, o militarismo possui características diferentes, como a necessidade da existência do vínculo militar — algo não pressuposto no caudilhismo, mesmo sendo uma junção com diversos moldes, há também pactos com as oligarquias, por exemplo.

Sendo assim, o exército profissional torna-se um requisito ao militarismo, principalmente no sentido da existência de uma mentalidade militar que propicie a militarização enquanto uma carreira (Huntington, 2016, p. 81). Para fixar essas distinções, pode ser aduzido os casos do México e Venezuela que no século XIX não haviam criado seus exércitos profissionais, apesar disso, possuíam caudilhos para chamarem de seus.

1.2 Romantização do militarismo

O militarismo, em sua essência, pode ser entendido como uma idealização do modo de vida e das práticas laborais inerentes ao contexto militar, bem como da própria militarização. Em 1959, Alfred Vagts analisou essa dinâmica, entretanto, com foco na maneira como a sociedade respondia a esse fenômeno em sua manifestação como uma experiência coletiva e de massa

os **primórdios deste militarismo de sentimento e convicção** como fenômeno de massas podem ser situados na era romântica, que teve início na última parte do século XVIII. Nessa altura, **o velho racionalismo do Iluminismo, que considerava o soldado como um assassino treinado, estava a ser submergido pelo ressurgimento do emocionalismo**, e a glória do “romance” estava a ser espalhada sobre as realidades monótonas da guerra e os lugares comuns da revolução industrial (Vagts, 1959, p. 17, grifo nosso)

O historiador também traz uma definição para o romantismo, entendendo-o como uma *“transvaloração qualitativa...ao dar um sentido elevado à coisa comum, um olhar misterioso ao lugar comum, ao conhecido a dignidade do desconhecido, à coisa final uma aparência infinita”* (Ibidem, 1959, p. 18). Com o prelúdio dessa nova fase para os militares, e considerando uma abordagem abrangente, à semelhança da que Vagts emprega em sua obra, as percepções acerca da posição dos militares na sociedade passaram por transformações significativas e perceptíveis. No século XVII, já se observava uma reinterpretação de sua atuação na óptica dos conceitos de direito e justiça.

a profissão militar conquistou uma elevada posição social e valor moral, e foi classificada em segundo lugar, apenas a seguir ao clero, por Metternich¹⁰, que disse que um “trabalha através da palavra do púlpito para a verdade moral, o outro no campo de batalha pelos seus atos para o direito e a justiça. A Igreja e o exército estão a servir a ordem através do poder da disciplina e da disposição hierárquica”. Esta elevação do soldado, alcançada na era romântica propriamente dita, só foi aumentada por outros movimentos no final do século XIX e início do século XX. (Vagts, 1959, p. 18, grifo nosso)

Esse movimento perdurou ao longo do século XX e, sem dúvidas, ao longo do século XXI ainda permanecia as entranhas da população e, em muitos momentos, a política. Os próprios militares fomentaram essa reestruturação do seu status *“todos estes movimentos sociais românticos nasceram de queixas e desejos reacionários, incluindo em todos os casos as queixas e desejos de elementos militares ressentidos”* (Ibidem, 1959, p. 18).

No alvorecer desse movimento, o Brasil já havia ascendido à condição de parte integrante do Reino de Portugal e Algarves, e a constituição das Forças Armadas já se configurava como uma realidade no território nacional. Esse desenvolvimento contava com a incorporação de todos os aparatos, instituições e culturas que Portugal trouxe consigo na travessia do Atlântico. No país, a romantização iniciou por conta de muitas insatisfações quanto aos postos e benefícios dos militares, tendo questionamentos constantes e embates com o poder instituído sobre as mudanças no recrutamento militar e o tratamento de oficiais.

O tratamento conferido aos oficiais começou a ganhar novos ares quando passaram a ser considerados bacharéis fardados em razão da formação proporcionada pela Escola Militar, propiciou uma mudança de paradigma e um crescente prestígio dos e pelos militares (Carvalho, 2005, p. 14-27).

Essa romantização do militarismo também trouxe consigo a imperiosa necessidade de um sentimento de pertencimento ao ambiente social. A militarização, em sua essência, enfatiza a integração dos indivíduos em uma unidade coesa, o que pode se revelar atraente para uma parcela significativa da população, pois, *“no fundo da ordem civil, o indivíduo isolado quer encontrar-se numa companhia mais agradável e menos conflituosa do que a que lhe é proporcionada pelo seu emprego ou pelos seus familiares”* (Vagts, 1959, p. 22-23).

Essa facilidade de integração é uma forte característica do meio militar, em ambientes militarizados os vínculos são pressupostos de sua existência e fazem com que seja um meio comum de fácil adesão, afinal, não exige grandes aptidões sociais nem profissionais, pois é presumida a camaradagem e, também, o ensinamento do ofício no ambiente dos quartéis e

¹⁰ O autor refere-se a Klemens van Metternich (1773-1859), príncipe e estadista do Império Austríaco.

cursos internos, sendo primária a noção de não haver uma formação, experiências ou especialidade em algo

A existência prolongada do militarismo do exército foi, em parte, garantida pelo militarismo civil, que vê nos exércitos a encarnação de certos desejos, geralmente conservadores: o desejo de sobrevivência, pelo menos impessoalmente, e de segurança; o desejo de disciplina e de comando, de empregos não imediatamente preocupados com o lucro material, e as correspondentes formas de organização - uma hierarquia, associada ao desejo de camaradagem. Além disso, **quando a esperança de felicidade individual se torna duvidosa** para um grande número de pessoas, quando se cansam da paz e do conforto, ou de viver em segurança na pobreza, quando o seu lugar na sociedade parece errado e o esforço privado não leva a lado nenhum, quando a luta partidária parece sem sentido e a produção literária anárquica, **então a vida com e dentro de corpos militares parece oferecer um padrão desejável, pelo menos durante algum tempo** (Vagts, 1959, p. 22, grifo nosso)

Além de carregar essa noção de um atalho fácil para o pertencimento, elas possuem um fechamento agradável, que traz a sensação de segurança do mundo externo. As instituições, de maneira geral, possuem a tendência de fechamento, conforme a gradação desse isolamento quanto ao meio social e os empecilhos de saída, elas podem ser consideradas como instituições totais (Goffman, 1974, p. 16). Esse tipo de local, de acordo com Erving Goffman, são constituídos com base no seguinte elemento:

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. **O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida [...]** o controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas - seja ou não uma necessidade ou meio eficiente de organização social nas circunstâncias - é o fato básico das instituições totais (Ibidem, 1974, p. 17-18, grifo nosso)

Ademais, acrescenta-se à conceituação desse tipo de instituição pelo norte de sua manutenção

Para a manutenção de moral e estabilidade, parece haver necessidade de certa impermeabilidade num estabelecimento. É ao suprir as distinções sociais externas que uma instituição total pode construir uma orientação para seu esquema de honra [...] **Além disso, se a instituição tem uma missão militante, tal como ocorre com algumas unidades militares**, religiosas e políticas, uma inversão parcial, em seu interior, do status externo, pode servir como **lembrança constante da diferença e antagonismo entre a instituição e a sociedade que a cerca**. Deve-se notar que, ao suprir dessa forma as diferenças externamente válidas, a instituição total "mais dura" pode ser mais democrática; e, na realidade, **o fato de o internado saber que o tratamento que recebe não é pior do que o de seus companheiros pode ser uma**

fonte de apoio, bem como de privação. No entanto, há alguns limites para o valor da impermeabilidade de tais instituições (Goffman, 1974, p. 105-106, grifo nosso)

A intersecção entre a romantização e a estrutura de uma instituição total constitui um fundamento essencial das Forças Armadas brasileiras, impermeáveis no limite de viabilizar a idealização tanto do espaço militar quanto de seus integrantes. A obra de Erving Goffman é amplamente empregada em debates e argumentações acerca da vivência dos militares nos quartéis, destacando-se, entre os seus intérpretes, José Murilo de Carvalho, cuja abordagem teórica oferece uma vasta gama de perspectivas para a compreensão do modelo militar de experienciar o mundo.

Outra teoria que pode ser invocada, proporcionando uma perspectiva mais filosófica sobre o ambiente e o modo de vida dos militares enquanto instituição, refere-se aos significados compartilhados e ao sentido de comunidade. Esses conceitos, abordados por Charles Taylor, fundamentam-se na noção de reconhecimento

Algumas correntes da política contemporânea giram em torno da necessidade, por vezes da exigência, reconhecimento. Pode-se dizer que essa necessidade é uma das forças propulsoras dos movimentos políticos nacionalistas [...] A exigência de reconhecimento assume nesses casos caráter de urgência dados os supostos vínculos entre reconhecimento e identidade, em que “identidade” designa algo como uma compreensão de quem somos, de nossas características definitórias fundamentais como seres humanos. (Taylor, 200, p. 241)

Essa necessidade identitária forma-se tendo como busca um ambiente em que “*nossos gostos, desejos, opiniões e aspirações fazem sentido. Se algumas das coisas que valorizo mais são acessíveis só em relação com a pessoa a quem amo, essa pessoa se torna parte da minha identidade*” (Ibidem, 2000, p. 247). O autor utiliza como exemplo o eremita onde o interlocutor será Deus e a utilização de meios terrenos para atingi-lo.

Com isso, o filósofo canadense entende não haver uma criação de identidade em separado, em isolamento de outros indivíduos, pois a sua criação pressupõe a necessidade de interação e o diálogo para com o outro como base fundamental para se estabelecer (Ibidem, 200, p. 248). Assim, indivíduos que vivem em instituições totais acabam por criar as suas identidades dentro de um único grupo, com noções pré-definidas e um norte de personalidade posto. Além disso, esses significados que serão compartilhados entre eles enquanto grupo podem ser tanto epistemológicos como ontológicos, formando suas crenças e cultura, no caso de uma instituição total, apartados da sociedade.

Concomitantemente a essa lógica, pode ser aduzida a *Theory of Motivated Political Reasoning*, de Milton Lodge e Charles Taber, a qual se fundamenta em um estudo que visa

compreender a afirmação de Francis Bacon de que “*depois do homem adotar uma opinião, ele atrai todo o resto para apoiar e concordar com ela*”. Dessa forma, a teoria busca elucidar as razões pelas quais tanto os cidadãos comuns quanto os políticos mais sofisticados — termo utilizado pelos autores — são propensos a seguir a máxima de Bacon, abordando para isso três subteorias: a cognição afetiva (*hot cognition*), o processamento online (*online processing*) e a heurística do “como me sinto?” (*how do I feel?*).

Em síntese, esse modelo tripartido estabelece uma interconexão entre afeto e cognição, transformando sentimentos em informações significativas. A cognição afetiva (*hot cognition*) defende que todos os objetos políticos possuem uma carga afetiva intrínseca; o processamento online (*online processing*) fornece um mecanismo para atualizar essas cargas afetivas previamente armazenadas; por fim, a heurística do “como me sinto?” (*how do I feel?*) introduz automaticamente essa dimensão afetiva no processo de julgamento.

Assim, estabelece-se um processo de avaliação da informação recebida, que visa sustentar preconceitos e deslegitimar evidências contrárias às suas concepções. Tal dinâmica manifesta uma tendência insidiosa, resultante da interação conjunta dos três mecanismos supramencionados. Logo, a emoção e o raciocínio tornam-se intrinsecamente inerentes e unificados na memória.

Essa dinâmica, quando articulada com o militarismo demonstra como a sua romantização pode ser feita de maneira fluida, muito natural e fácil, de modo a parecer um fato consumado a importância, relevância e, até mesmo, a estética dos militares para a segurança nacional, independente de suas ações anteriores e reiteradas.

Foi elaborada uma construção social da realidade (Berger, Luckmann, 2004, p. 11-34), construída pelos indivíduos e grupos envolvidos por meio de suas interações e comunicações, desde fatos históricos, regimes de governo, funções das instituições. Embora diversos exemplos possam ser citados, destaco particularmente as tentativas de reescrever os eventos da ditadura militar de 1964. Esse universo alternativo não emergiu de forma acidental, ao contrário, resulta de um processo acumulativo que se estende por décadas em relação à instituição armada, à tradição de intervenções e ao crescente dinamismo da direita em se adaptar após suas derrotas.

Com isso, todo esse palco ficou pronto para a entrada de retorno — embora se possa argumentar que a cortina nunca foi verdadeiramente fechada — das Forças Armadas se reinserirem no cenário político de maneira expressiva mais uma vez e quantas lhes fossem interessantes.

1.3 América Latina: o inimigo sempre será outro

O conceito de Estado Militar, aplicado ao subcontinente da América Latina e desenvolvido por Alain Rouquié, enfatiza a indissociabilidade entre o Exército e o Estado nessa região. Segundo Rouquié, ambos passaram por um processo de simbiose durante a conquista de suas soberanias, evidenciando a interdependência entre instituições militares e a formação do Estado (Rouquié, 1984, XXIII).

a militarização dos sistemas políticos latino-americanos não é recente, ainda que na realidade não seja contínua nem consubstancial à ordem política dos países latino-americanos, treze eram governados por militares. **Em 1980, dois terços da população total da América considerada latina viviam em países de regimes militares ou sob o domínio militar.** Na América do Sul, mais ou menos na mesma época, isto é, antes da volta dos civis ao poder no Peru e no Equador, oito nações, representando mais de quatro quintos do território, eram governadas por oficiais militares que receberam o poder das forças armadas ou através de golpes mais ou menos recentes (Ibidem, 1984, XIV)

Além disso, a justificativa que Rouquié apresenta para sua análise da América Latina, e seguirei o mesmo norte neste trabalho, é que existe uma heterogeneidade interna que caminha em consonância com uma homogeneidade externa. Isso se evidencia na experiência compartilhada do subcontinente em relação ao constrangimento geral imposto pelos poderes globais e à sua realidade marginalizada em comparação com outros países soberanos (Ibidem, 1984, XXIV). Nesse sentido, podem ser aduzidos dois exemplos que transparecem as diferenças internas, no caso do México houve um caudilhismo sem militarismo; contudo, no Brasil, houve o fenômeno contrário. E, mesmo com as diferenças internas, a homogeneidade externa pelo subcontinente se mostra presente.

O plano de fundo que torna esses países homogêneos é a herança colonial, que moldou as dinâmicas de conquista dos territórios pelos países europeus e impactou significativamente o desenvolvimento e o crescimento das sociedades locais. Essa herança não apenas influenciou as estruturas políticas e sociais, mas também deixou marcas profundas nas interações entre os diferentes grupos étnicos e nas relações de poder estabelecidas em cada região.

Nos estudos de Rouquié, o termo Estado é definido, nas palavras dele, de maneira grosseira, sendo um centro político que controla determinada área geográfica e a população nele ocupada por meio de uma legitimidade e poder resultante das forças sociais (Rouquié, 1984, p. 51). Esse conceito ressalta a interdependência entre a estrutura estatal e os contextos

sociais que a sustentam, evidenciando como a legitimidade é fundamental para a manutenção da ordem e da autoridade.

Essa legitimação é frequentemente buscada por meio das atemporais colocações de serem os militares *peçoas de fora da política* ou sem interesses políticos, estando ali apenas para cuidar e zelar pela nação. Nesse processo, emergem noções de superioridade e imparcialidade, com esses atores assumindo a postura de arbitrar e moderar as questões essenciais, com base em sua autodeclarada competência e objetividade.

Também, na visão do autor, no “*momento em que eles [militares] violam sua subordinação constitucional, não podem mais ser agentes sociais ‘passivos’ ou negligenciáveis*” (Ibidem, 1984, XXII).

Considerando a teoria de Alain Rouquié, os países da América Latina atravessaram um período inegavelmente turbulento iniciado na década de 60, assolado por ditaduras militares, inseguranças jurídicas e sociais, golpes de Estado e intervenções externas que comprometiam sua soberania. Antes disso, a região já havia vivenciado uma série de processos violentos em busca da independência, além de múltiplos golpes internos e externos por toda latitude — alguns, como o Brasil, com interlúdios de democracia e paz entre esses episódios de instabilidade.

Assim, com as transições democráticas, em sua maioria na década de 80, surgiu, novamente, a necessidade das Forças Armadas se readequarem a um modelo democrático. O militarismo, por todo subcontinente, transicionou de maneiras semelhantes, demonstrando a hegemonia externa da América Latina.

Na visão de Dirk Kruijt e Kees Koonings, pesquisadores dedicados ao estudo das transições políticas na América Latina, a profissão militar pode ser lida como um preâmbulo para o ingresso nos ramos da política (Kruijt; Koonings, 2013, p. 91), remetendo, inclusive, a perspectiva anteriormente mencionada de indissociabilidade entre o Exército e o Estado (Rouquié, 1984, XXIII).

Para os autores, esse prelúdio para uma carreira militar está intrinsecamente relacionado à forma como o militarismo se manifestou na região, sendo moldado por uma trajetória permeada por conflitos sociais e políticos.

A América Latina tem sido o continente dos soldados políticos e dos políticos militares. Durante a maior parte das décadas do século passado, o verdadeiro significado das forças armadas latino-americanas residia na sua natureza política. Como força estabilizadora, como árbitro desinteressado, como poder protetor da constituição, como guardião do desenvolvimento nacional, os militares intervinham constantemente em assuntos políticos. Esta é a nossa definição para o

trabalho de “**exércitos políticos**” (Kruijt; Koonings, 2013, p. 92, grifo nosso, tradução nossa¹¹)

Essa dinâmica reflete não apenas as particularidades do contexto latino-americano, mas também como as crises e as tensões sociais têm servido como catalisadores para a inserção dos militares na política, evidenciando a complexa relação entre as esferas civil e militar.

Com isso, o conceito de Kruijt e Koonings é facilmente perceptível no subcontinente, bastando um breve olhar sistemático para notar. A definição dos exércitos políticos traz consigo algumas características: a) forte identificação com o destino da nação; b) prevalência da ordem; c) proteção da integridade do Estado; d) força e desenvolvimento nacionais; e) e, por fim, a principal delas, a doutrina militar de intervenção política que liga o destino da nação e os interesses do seu povo à missão histórica fundamental dos militares.

Esses militares representam uma forma militar limitada e politicamente circunscrita, que gera um discurso legitimador para suas ações e intervenções na esfera política. Frequentemente, apelam à autoproclamação da relevância de sua classe nos processos de independência e na formação do Estado, reforçando a ideia de que sua participação é não apenas desejável, mas essencial para a manutenção da ordem e da soberania. Essa narrativa serve para justificar a continuidade de sua influência nas dinâmicas políticas contemporâneas, perpetuando a percepção de que os militares desempenham um papel fundamental na construção e preservação da identidade nacional.

A ênfase de um olhar predominante sobre o ambiente interno dos países, levou a caserna a buscar legitimação por meio da identificação de conflitos nacionais. Esse tipo de ação, em específico no Brasil, conforme os anos e as redes de poder foram sendo remanejadas, foram intensificados pelo desemprego estrutural do exército brasileiro (Carvalho, 2005, p. 70). Esse fenômeno, já mencionado anteriormente, é crucial para entender os fatores que tornam o Exército o agente mais proeminente nos apelos intervencionistas

Os exércitos podem proteger a sociedade, se se prepararem inteligentemente para a defesa; podem ameaçá-la se perderem o sentido de proporção entre os seus próprios interesses e os do resto da sociedade. Aconteceu que os exércitos **se envolveram tanto na contemplação de críticos e inimigos internos**, liberais numa época anterior, socialistas mais tarde e comunistas mais recentemente, que se esqueceram

¹¹ Texto original: Latin America has been the continent of political soldiers and military politicians. During most decades of the previous century the true significance of the Latin American armed forces was in their political nature. As a stabilizing force, as disinterested arbiter, as a protecting power of the constitution, as guardian of national development, the military constantly intervened in political matters. This is our working definition of ‘political armies’.

de se concentrar no inimigo externo - ou que até simpatizaram com exércitos estrangeiros e fizeram frente comum com eles contra antagonistas internos. Ao fazê-lo, os militaristas **agravaram os conflitos internos e permitiram que as opiniões políticas obscurecessem as considerações sobre a eficiência militar** (Vagts, 1959, p. 16, grifo nosso, tradução nossa¹²)

Esse ócio da caserna acaba por gerar, além do olhar interno, uma crescente necessidade de reafirmação e validação por parte dos militares, o que intensifica ainda mais a percepção ritualística que os envolve

Num mundo que se torna cada vez mais secularizado, a função cerimonial dos soldados e a organização militar das cerimônias de massas crescem em igual medida. Desde o aparecimento dos exércitos permanentes, o soldado tem sido empregue, em graus variáveis, como um recurso cerimonial. Esta função tem aumentado em todo o lado (Ibidem, 1959, p. 21, tradução nossa¹³)

A ausência de inimigos externos, que impede o envolvimento com o objetivo fundamental das Forças Armadas, que é a defesa do Estado, aliada ao aspecto cerimonial — acentuado no militarismo moderno —, resulta em uma postura narcisista, onde os militares passam a acreditar na possibilidade de sua existência por si mesmo (Vagts, 1959, p. 15).

Nesse cenário, a falta de desafios externos não apenas esvazia o propósito original das Forças Armadas, mas também alimenta uma visão distorcida de autoimportância, onde os militares se veem como indispensáveis e autossuficientes. Esse fenômeno pode resultar em uma busca por relevância através de intervenções políticas, já que a ausência de conflitos tradicionais os leva a buscar um papel ativo em outras esferas da sociedade, reforçando assim sua legitimidade e influência, mesmo quando não há um conflito real a ser enfrentado.

Esse novo modelo de Forças Armadas — embora não seja tão recente no contexto brasileiro, mas considerando a perspectiva de toda América Latina —, é caracterizado pela transição ocorrida na década de 80, do autoritarismo militar para a democracia. No entanto, essa transformação não é isenta de problemáticas, conforme destacam Kruijt e Koonings. Em

¹² Texto original: Armies may protect society, if they prepare intelligently for defense; they may threaten it if they lose a sense of proportion between their own interests and those of the rest of society. It has happened that armies become so involved in contemplating domestic critics and foes, liberals in an earlier age, socialists later, and Communists more recently, that they have forgotten to concentrate on the enemy abroad—or that they have even sympathized with foreign armies and made common front with them against internal antagonists. In so doing, militarists have sharpened conflicts at home and permitted political views to cloud considerations of military efficiency.

¹³ Texto original: In a world which becomes increasingly secularized. the ceremonial function of soldiers and the military arrangement of mass ceremonies grow in equal measure. Ever since the rise of standing armies, the soldier has been employed to a varying degree as a ceremonial appurtenance. This function has increased everywhere.

muitos casos, observa-se uma manutenção, seja implícita ou explícita, do poder consultivo, moderador ou de veto em questões políticas fundamentais.

Além disso, a maior parte dos países latino-americanos não priorizou o controle civil efetivo sobre os assuntos militares, incluindo áreas cruciais como os serviços de informação e segurança¹⁴. Essa realidade revela um paradoxo: apesar da transição para regimes democráticos, as Forças Armadas continuam a exercer uma influência significativa sobre a política, refletindo uma relação complexa entre o civil e o militar que ainda não foi plenamente resolvida, perpetuando uma cultura de militarismo que pode impactar negativamente as instituições civis.

A dinâmica dos golpes de Estado presentes pelo subcontinente é denominado por Rouquié como militarismo pendular, este termo remete ao golpes de Estado recorrentes ao aparelho estatal “*sobre os setores sociais cuja ação limitava sua autonomia ou colocava em perigo seu próprio funcionamento enquanto afiançador do pacto de dominação*” (Rouquié, 1984, p. 54-55).

¹⁴ Cabe ressaltar que ao longo de todo o artigo os autores excetam a Argentina, pois esta lidou de maneira consideravelmente diferente com a transição do autoritarismo militar para a democracia, trazendo medidas de controle, sanções e reparações sobre o período outorgado do país.

2. FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: HISTÓRIA E IDEOLOGIA

Não é possível trocar intenções por resultados

Robin Hobb
O Assassino do Rei

2.1 O Militarismo enquanto ideologia na sociedade brasileira

O militarismo pode ser compreendido como uma ideologia, especialmente quando consideramos seu caráter de crença e culto. Afinal, considerando essa chave de análise, o militarismo não se limita a uma simples organização ou estrutura de poder, mas se configura como um sistema de valores e símbolos que reverenciam as Forças Armadas e suas virtudes, atribuindo-lhes uma posição central na vida política e social.

Como ideologia, o militarismo busca moldar a percepção da sociedade sobre o papel do Estado e da força militar, promovendo a ideia de que a ordem e a estabilidade somente podem ser alcançadas por meio da disciplina, da hierarquia e da intervenção dos militares em questões civis e políticas. Por si só, a ideologia tem a função de orientação das condutas políticas no cotidiano (Lynch, 2018, p. 10).

[as ideologias] são sistemas de crença que, embora requeiram certo grau de articulação e consistência lógica, não exigem um grau muito elevado de coerência. Ideologias estão vinculadas a grupos sociais e são por elas produzidas, dirigidas e consumidas, para fins de apoiar ou subverter estruturas e instituições (Ibidem, 2018, p. 10).

Na política, os eleitores enfrentam os custos da informação ao tentar tomar decisões eleitorais racionais, um conceito que segue a linha de pensamento do método de Condorcet. Dessa maneira, uma das principais dificuldades é a obtenção de informações completas sobre partidos e candidatos, o que pode dificultar uma escolha plenamente informada. Justamente, nesse ponto, é que as ideologias agem como atalhos informacionais (Downs, 2013).

Elas proporcionam um conjunto de valores e crenças que facilitam a identificação e alinhamento aos seus interesses, sem a necessidade de se aprofundar ou despendar tempo para tal. Assim, tem-se a premissa de ter um conhecimento completo de maneira flexível, aproximando-se da realidade diária dos indivíduos, suprimindo os problemas de custos na

obtenção de informações e valendo-se dos pensamentos, posicionamentos e valores de uma ideologia.

O pensamento político de um país, evidentemente, é influenciado pelas ideologias, pois estas moldam as crenças e os valores que orientam a política e a sociedade (Lynch, 2018, p. 10). Como já foi mencionado, as ideologias não necessitam ser coerentes ou consistentes, pois não têm como objetivo apresentar verdades absolutas ou adotar uma abordagem científica. Elas são construídas a partir de narrativas e crenças que buscam mobilizar apoio e consolidar identidades políticas, sem se preocupar com a objetividade (Mello, 2022, p. 18).

O autor mais conceituado dessa área, Michael Freeden, serve de um norte metodológico quanto ao estudo de ideologias — para os autores supramencionados e para mim no presente trabalho. Os conceitos ideológicos não são fixos, relacionam-se com o contexto histórico e as suas relações com outros conceitos, além disso eles não são racionais, como dito anteriormente, não pressupõem uma verdade (Freeden, 2013).

Nas pesquisas de Patricia Graeff (2024), ela elenca de maneira sistemática pontos chave das ideologias conforme a teoria de Freeden:

Quadro 2 – Conceito de Ideologia

Estrutura Morfológica: são compostas por uma rede de conceitos centrais, adjacentes e periféricos. O núcleo da ideologia contém os conceitos essenciais que definem sua identidade, sendo os outros dois flexíveis e adaptáveis.

Função integrativa: desempenham uma função integrativa ao vincular simbolicamente o indivíduo à sociedade. Elas permitem o compartilhamento de conteúdos da consciência individual, ajudando a formar uma identidade coletiva.

Realidade Social: são vistas como produtos da atividade social e funcionam como "mapas simbólicos" que ajudam os indivíduos a decodificar a realidade social. Elas simplificam a complexidade do mundo ao fornecer significados e orientações.

Elementos não racionais: ideologias contêm tanto elementos racionais quanto não-racionais. A abordagem morfológica de Freeden enfatiza a racionalidade na estrutura interna das ideologias, mas também reconhece a importância de conteúdos não-racionais na construção de significados.

Fonte: GRAEFF, Patricia. Ideologias políticas e representação democrática: um estudo a partir de Michael Freeden e Nadia Urbinati. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 43, n. 1, p. 38–50, 8 jul. 2024.

Partindo dessa compreensão, o militarismo pode ser analisado como uma ideologia de acordo com a abordagem de Michael Freeden. Nesse sentido, ele pode ser visto como uma estrutura morfológica, na qual o conceito basilar é a presença militar, que exerce papel central na definição e organização da ideologia. Ao redor desse núcleo primordial, existem outros conceitos secundários, que são mais flexíveis e podem variar conforme o contexto, mas que ainda assim estão interligados à ideia fundamental de um papel preponderante das Forças Armadas na sociedade e no Estado.

No contexto brasileiro, a função integrativa, a realidade social e os elementos não racionais demonstram-se presentes, tanto na trajetória histórica quanto na realidade contemporânea do país. Esse fenômeno se evidencia particularmente na atuação das instituições militares, cuja presença e influência, longe de serem meramente institucionais ou racionais, também perpassam uma série de aspectos culturais, simbólicos e políticos que moldam as relações entre poder e sociedade.

2.2 Brasil Imperial e o Golpe da República

Seria impensável aduzir qualquer debate sobre as Forças Armadas brasileiras sem considerar o período e o contexto da sua criação. A vinda da família real para o Brasil, motivada por uma série de fatores externos que culminaram na travessia do Atlântico, marcou o início de uma nova era para o país com o fim da colônia. Esse evento transformou a estrutura política e social da nação, o país assumiu uma conjuntura diferente de seus vizinhos sul-americanos e aprofundou-se de maneira muito significativa na cultura e anseios dos colonizadores.

O Brasil foi gradualmente integrado a uma nova estrutura institucional, adquirindo prestígio e status, pois se tornara parte do Reino, agora designado como Reino de Portugal, Brasil e Algarves. Nesse contexto, o país deveria ter os meios e os fins compatíveis com essa nova condição, o que resultou na recepção e assimilação de toda a cultura ibérica necessária para consolidar sua nova condição.

As funções administrativa e comercial foram reforçadas mais ainda com a chegada da corte portuguesa em 1808, que trouxe cerca de 20 mil pessoas, entre as quais boa parte da burocracia metropolitana. No mesmo ano foram abertos os portos do país ao comércio das nações amigas. Foi nessa época que a cidade [o Rio de Janeiro] começou a adquirir uma feição um pouco mais europeia (Carvalho, 2004, p. 152-153)

Essa transformação não apenas modificou as estruturas aparentes do Brasil, mas também impactou profundamente sua cultura e contribuiu para a formação de uma base de identidade nacional. Nesse esforço de conferir um toque europeu e *civilizado* ao nosso país, as Forças Armadas do Brasil foram criadas pelo imperador.

Essas mudanças desempenharam um papel crucial e, também, um diferencial do modelo de estabilização do país, pois, ao contrário da maioria dos países colonizados na América Latina, não enfrentou prolongadas disputas pela libertação das colônias. Em que pese haver conflitos internos e regionais, o Brasil conseguiu, em grande medida, evitar os confrontos extensos que marcaram a trajetória de outras nações da região.

Ao passo que a maioria dos países oriundos da ex-colônia espanhola passava por longo período anárquico e muitos só chegavam a organizar o poder em bases mais ou menos legítimas graças a lideranças de estilo caudilhesco, a ex-colônia portuguesa, se não evitou um período inicial de instabilidade e rebeliões, não chegou a ter uma única mudança irregular ou violenta de governo (não considerando como tais a abdicação e a antecipação da maioridade), e conservou sempre a supremacia do governo civil (Carvalho, 2008, p. 13)

Esse modelo de administração implementado pela Coroa Portuguesa no Brasil não dependia de figuras emblemáticas, de caudilhos ou populistas, era feita pragmaticamente e de maneira presumida quanto a sua legitimidade. Assim, não havia necessidade de imposição pela força militar ou de barganhas com a população. Nesse contexto, a força militar no país desenvolveu-se em um ambiente predominantemente civil (Ibidem, 2022, p. 96).

Dessa forma, durante o período imperial, haviam duas instituições nacionais do Estado e da sociedade: a Coroa e as Forças Armadas — tempo em que a aviação militar fazia parte do Exército, tendo oficialmente duas armas militares — ambas, para Frank McCann, notadamente fracas (McCann, 2007, p. 14)

Com o início da atuação da força armada e a transparente falta de preparação para a guerra, tendo a guerra da Tríplice Aliança com um ponto claro dessa situação (Ribeiro, 2021, p. 316), a caserna, embuída de um fervor por novos status e com diversas reivindicações, emergiram com força em demonstrações de insatisfações e articulações para uma nova imagem (Schulz, 1994, p. 75-85).

Ademais, em meio a todas essas transformações no país, é importante destacar a vasta extensão territorial que o Império precisava administrar e preservar. Sendo o Brasil o maior país da região, mesmo após ter sofrido perdas territoriais significativas por questões com os países fronteiriços. Essa realidade se impôs à Coroa sob a égide da complexidade e os desafios inerentes ao espaço geográfico brasileiro.

As Forças Armadas tinham justamente, dentre suas missões à época, a de conservar a ordem imperial, não havendo uma distinção entre um inimigo interno ou externo (Lentz, 2022). Essa necessidade de proteção das fronteiras era um dos objetivos basilares das forças militares durante o período imperial, além do controle de centros urbanos, sobretudo da sede do governo central.

Também, no quesito político, a caserna era posicionada de modo estratégico na visão da monarquia:

no sistema centralizado do Império, a consequência mais importante dessa distribuição era colocar o governo central à mercê da guarnição do Rio de Janeiro. O perigo não se materializava devido à estabilidade do sistema e à ausência de mentalidade intervencionista no Exército (Carvalho, 2005, p. 32)

Assim, em seu primórdio, a força armada brasileira não possuía um fulcro intervencionista, pois não haviam instabilidades sobre as ações que ocasionassem atritos, sendo um governo majoritariamente civilista.

De maneira geral, há época imperial, era “*comum a percepção do caráter refratário da população brasileira ao militarismo*”, assim, haviam leis e alterações que visavam neutralizar melhorias ou reivindicações da força armada, porém, “*Isso, contudo, só poderia ser alcançado paulatinamente, tendo em vista que a insistência na obrigatoriedade do serviço militar podia acarretar custos políticos altos a ministros, senadores e deputados*” (Ribeiro, 2021, p. 317).

Desde o período de 1850, porém mais contundentes em 1870, começaram a aparecer as manifestações dos militares, principalmente oficiais, quanto aos debates e temas de seu interesse, por meio da imprensa criada pela e voltada para a caserna, visando constituir “*um discurso político sobre a sociedade, o governo imperial, assim como uma autoimagem sobre ‘a classe militar’, seus interesses e objetivos*” (Lentz, 2022, p. 32). A noção intervencionista por parte do setor militar começou a se disseminar, em uma de suas frentes, por difusão dentro dessa imprensa e possuindo vínculo com a ideologia de Benjamin Constant:

Inicialmente, tal ideia foi difundida por jornalistas republicanos, com a expressa finalidade de incitar os militares a intervir na política e de criar embaraços ao governo imperial [...] a ideia do soldado-cidadão servia de **instrumento de afirmação militar** e, ao mesmo tempo, **refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento dos oficiais em relação à sociedade civil**, sobretudo à elite política. Implicava a suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que **devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar** ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar (Carvalho, 2005, p. 38-39, grifo nosso)

Além da ideia do soldado-cidadão, surgiram outras frentes, como: a) o soldado-profissional, que defendia a não intervenção na política e a não ocupação de cargos públicos; e b) o soldado-corporação, que pregava por uma intervenção moderadora nas questões políticas.

Após o golpe da República — ungido em segredo e com o fator surpresa presente, conforme a teoria de Gabriel Naudé — e a ruptura com o modelo monárquico, as Forças Armadas tornaram-se protagonistas em um novo cenário político. Esse protagonista desencadeou o processo de formação da identidade e autonomia da instituição. Contudo não houve uma real preparação para esse momento, afinal, dentro da própria dinâmica do golpe haviam divergências sobre a sua finalidade

a instituição central da República, porém sem ideologia, estrutura, experiência, mandato político e vontade para assumir plenamente esse papel. Durante a República Velha a principal missão da oficialidade evoluiu para a construção da infra-estrutura do Estado e da “fibra” humana da sociedade (McCann, 2007, p. 14)

Com essa centralidade e o fim da Coroa, o poder moderador ficou em vacância. No entanto, na época, o Exército não dispunha dos requisitos necessários para reivindicar tal autoridade, nem contava com o apoio popular ou institucional para tal

O Exército não se tornou o moderador na década de 1890; seu poder era muito precário e muito cooptado. Antes da década de 1930, o **Exército não possuía a vontade institucional, a doutrina ou a capacidade para tal papel**. Isso não quer dizer que alguns oficiais, como os jacobinos da década de 1890, não queriam a função moderadora, e sim que a instituição não podia assumir esse papel [...] na verdade, os oficiais estavam politicamente empenhados em assegurar seus promoções, nomeações benefícios. **Alguns usaram seu status militar como trampolim para carreiras políticas**. Durante todo o período de 1889-1930, muitos oficiais ocuparam cargos no Congresso e nos governos estaduais e municipais. Na realidade, o tipo de participações que, de início, supus nascidas durante a ditadura do Estado Novo, de 1937 a 1945, fora a regra durante toda a República Velha (Ibidem, 2007, p. 15, grifo nosso)

Aqui, já se observa uma marca que não é apenas brasileira, mas que se manifesta de maneira particularmente intensa no Brasil: como as raízes do envolvimento dos militares na política são formadas de maneira basilar na percepção pública sobre o papel dos militares na governança e na sociedade.

2.3 A República e o Estabelecimento das Forças Armadas do Brasil

O Brasil entrou em sua fase republicana por meio de conspirações e golpes, com o papel central das Forças Armadas, que apostaram suas fichas na chamada Questão Militar. Nesse contexto, a ideia do soldado-cidadão emergiu como uma proposta significativa, sendo promovida pelos militares experientes que tinham Deodoro da Fonseca como seu principal representante. Esses oficiais se uniram durante um período de crescente marginalização das Forças Armadas, considerando o Império como retrógrado, e acenderam a chama do espírito de corpo da caserna, fortalecendo sua identidade e, ao menos tentando, legitimá-los no novo cenário político.

Após o desenrolar em diversas frentes de ataque e, apesar de contar com um número reduzido de adeptos à causa, os militares decidiram arriscar ao buscar pelo apoio e adesão no momento do embate. E essa estratégia se mostrou eficaz. Como descreve José Murilo, o prestígio de Deodoro foi crucial para garantir uma ampla adesão do contingente legalista, que, com seus números, facilmente poderia ter contido os insurgentes. Todavia, já havia a noção de não haver no poder civil os meios para resistir às armas e que, apenas por questão de tempo, a derrubada da monarquia aconteceria (Ribeiro, 2021, p. 303). A oficialidade havia tornado-se poderosa com a palpável noção de facilidade de intimidar o governo (Schulz, 1994, p. 111-112).

Assim, entre o processo de independência em 1822 e a queda da monarquia com o golpe em 1889, as Forças Armadas firmaram-se como uma organização burocrático-corporativa, desempenhando um papel crucial na estrutura do poder político, contrapondo-se ao disposto da Constituição Imperial de 1824 em que não haviam brechas legais para uma atuação política (Lentz, 2022, p. 26-27)

Contudo, cabe salientar que, para os militares inicialmente, a causa não era o golpe da República. Ela possuía um caráter mais no sentido de imposição de poder, reconhecimento e mudanças que lhes beneficiassem. A dimensão ideológica associada à República despontou dos positivistas de Benjamin Constant. Como observa José Murilo, “*a proclamação da República se deu graças à união dos dois grupos: os bacharéis entraram com o poder das idéias, os tarimbeiros com o poder da corporação. Por sobre as divergências prevaleceu o esprit de corps*” (Carvalho, 2005, p. 26).

No Brasil, as Forças Armadas têm um histórico intervencionista extenso, perpassando situações importantíssimas para a história do país, como o golpe da República que foi consagrado e organizado pela caserna. Tal evento escrachou uma mudança radical na

estrutura de poder do país, memorando um militar ativo e fardado como o primeiro Presidente do Brasil em um governo republicano.

Esse episódio não apenas marcou a transição de um regime monárquico para um republicano, mas também estabeleceu um precedente para a atuação dos militares na política brasileira. O golpe da República é apenas um dos diversos momentos em que as Forças Armadas exerceram influência decisiva sobre os rumos políticos do Brasil, refletindo uma relação complexa entre a instituição militar e a estrutura de poder civil.

Inicialmente, supôs-se que as Forças Armadas integrariam o aparato constitucional da República, promovendo a união entre os cidadãos e o novo sistema por meio dos militares. Essa doutrina seguia um norte de evitar o desdém e desconsideração dos cidadãos fardados, como antes ocorria no período do Império (Faoro, 2001, p. 577). Era um entendimento de que

o militar não deveria ser um membro segregado da sociedade, preso à obediência passiva, senão que se lhe abria a porta para trazer nas deliberações públicas sua voz, em nome de parcela fundamental do país. Esta doutrina, temiam mesmo alguns republicanos, poderia levar o Exército a intervir, como corporação, no jogo do ordenamento constitucional, com o extremo perigo do caudilhismo e do militarismo (Ibidem, 2001, p. 577)

A intenção era assegurar que os militares fossem reconhecidos como componentes da democracia, mantendo um componente civil e de cidadania no contexto da renovação política. Contudo, os rumos tomaram direções distintas.

A definição da instituição militar se deu em moldes diferentes no primeiro texto constitucional republicano do Brasil, iniciando com um decreto de 1890¹⁵, onde foram regulamentadas as escolas do Exército, e culminando no artigo 14 da Constituição de 1891 determinando que *“a força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos, e obrigada a sustentar as instituições constitucionais”* (Brasil, 1891).

Sobre essa disposição legal, Faoro observa que *“o problema da obediência — que a monarquia filiava à obediência passiva — subordina-se aos limites da lei, obrigado o soldado, por outro lado, a sustentar as instituições constitucionais”* (Faoro, 2001, p. 642).

À medida que a República se desenvolvia, a percepção política das Forças Armadas foi sendo consolidada, cada vez estando mais presente no sentimento dos castrenses pela noção de proteção e responsabilidade que teriam para com o novo sistema. Além das

¹⁵ Disponível na íntegra em: [Portal da Câmara dos Deputados - Decreto 330 - 12 abril 1890 - Publicação original](#)

mudanças reforçarem a identidade dos militares, também estabeleceu uma conexão com a ideia de salvaguardar os valores republicanos, afinal, eles que os impuseram.

A força armada torna-se uma **categoria política atuante**, com o **sentimento de responsabilidade sobre os destinos do país**, sem fechar-se numa casta, sem estruturar-se numa classe. A circunstância, por si só, casa-se, num jogo de interações recíprocas, com determinado tipo de Estado, de parentesco autocrático. O militarismo, dados esses pressupostos, será possível, embora não tenha aflorado no curso da história brasileira, freado por outros fatores. Nem grupo de pressão, nem reivindicação de militarizar a sociedade, **a força armada será, por muitos anos, o elo último de intermediação entre o país submisso e a ordem universal em movimento.** (Faoro, 2001, p. 646-647)

Esse estabelecimento da noção política dos militares teve um impacto significativo em diversos aspectos estruturais do país ao longo dos diferentes períodos republicanos. As intervenções e golpes de Estado perpetrados pelos militares geraram rupturas marcantes, sendo as duas mais notáveis, após o golpe da República, as ocorridas em 1930 e 1964. Esses eventos não apenas alteraram de forma abrupta o rumo da história política brasileira, mas também evidenciaram a crescente influência das Forças Armadas na dinâmica do poder, tornando-as protagonistas no cenário político. A partir dessas intervenções, as instituições do país passaram a ser moldadas de maneira permanente pela presença militar, estabelecendo um legado de autoritarismo e centralização do poder.

No início da República, o principal desafio da caserna foi definir suas funções e missões no contexto político e social do país. Obviamente, não havia um consenso claro quanto ao norte que deveria ser seguido, tendo vertentes para lados distintos em seu meio de execução e gestão, mas com proximidades quanto ao seu objetivo fim: garantir a estabilidade à sua maneira e o controle político, seja por meio da defesa da ordem republicana, seja pela manutenção da autoridade militar no cenário nacional. Essa diversidade de perspectivas dentro da caserna evidenciava a centralidade do papel militar na configuração do poder na recém-instaurada República Brasileira.

As três principais interpretações da missão que competia à caserna eram desenhadas pela Revista A Defesa Nacional, formada pelos Jovens Turcos, por Olavo Bilac e por Alberto Torre, à seguinte maneira:

Quadro 3 - Interpretações da missão do Exército na sociedade

Revista A Defesa Nacional	Composto por oficiais de baixa patente que haviam servido na Alemanha durante a década de 1910. Cunho reformista, o grupo era formado pelos jovens turcos.
	Partiam no norte apolítico dos militares, pois deviam concentrar-se no aperfeiçoamento do Exército. Possuíam sugestões práticas, como: serviço militar obrigatório e afastamento de ambições políticas, focando em promoções sérias e justas.
	Incluía a intervenção militar na sociedade entre os papéis da força armada.
Olavo Bilac	Autoentitulado professor do entusiasmo. Cunho de militarização dos civis, tendo os oficiais o papel de instrução do povo; O Exército seria um nivelador social, pois entendia o Brasil como desorganizado.
	O Exército seria a instituição possuidora das qualidades superiores, e por meio do serviço militar obrigatório ensinariam elas aos brasileiros, salvando o Brasil; O povo remodelado liderado pela classe média, seria o Exército, e este, reformado, reestruturado, redirecionado, seria a nação.
	Crença de que o perigo de uma casta armada seria eliminado se o Exército fosse o povo e o povo fosse o Exército.
Alberto Torres	Acreditava que o Brasil necessitava de organização, de uma liga entre os indivíduos que os habitavam.
	Considerava que quartéis treinavam soldados, não cidadãos. Entendia que o bom soldado, altruísta e compassivo, tinha essa formação em casa, pois os quartéis não produziriam tais qualidades, apenas gerariam pretorianos.
	Concebia a defesa nacional como algo mais amplo que a defesa militar; sendo baseado no governo constitucional, educação pública, organização, restrições aos investimentos estrangeiros e etc, só após tudo a força militar.

Fonte: MCCANN, F. D. **Soldados Da Pátria: História Do Exército Brasileiro, 1889-1937**. Tradução: Laura Teixeira Motta. 1 ed. Companhia das Letras, 2007. p. 216-223.

Assim, as duas primeiras interpretações da missão militar revelam semelhanças com o pensamento político de Goés Monteiro, enquanto a última se alinha mais estreitamente à visão de Oliveira Vianna. Sem dúvida, entre as três, a abordagem mais bem-sucedida e com maior aderência tanto nas Forças Armadas quanto na sociedade foi aquela apresentada pela *Revista A Defesa Nacional*.

Desde suas primeiras concepções sobre segurança e defesa, as Forças Armadas, já enquanto instituição nacional consagrada pela Constituição, ficaram, de certa forma, isentas da obediência à representação da soberania popular. Isso ocorreu porque, como uma instituição nacional e permanente, sua principal função seria garantir a segurança do país (Lentz, 2022, p. 16).

Tendo isto em mente, Rodrigo Lentz delineou cinco características basilares que foram preservadas em sua fundação política e institucionalizadas, aplicadas e moldadas na dinâmica das relações civis militares, sendo esses pilares a base a incorporação na política nacional da missão organizacional das Forças Armadas:

Quadro 4 – Pilares para a Incorporação da Missão Organizacional na Política Nacional

Caráter institucional permanente e nacional, indissolúvel por se confundir com o próprio Estado;

Finalidade política tanto de defesa externa quanto de segurança interna;

Controle nacional das instituições de Estado responsáveis pelo emprego da violência no âmbito interno;

Autonomia para administrar sua própria atuação política, por meio de um Judiciário especial e de direitos políticos do cidadão-militar;

Coesão organizacional e ideológica dessa atuação política.

Fonte: LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Pública: Militares e Política no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação Rosa Luxemburgo, 2022. p. 25-26.

Outro ponto que corroborou para as reafirmações das Forças Armadas, creio que principalmente no quesito de sua autodeclarada importância e intocabilidade, foi a forma como os governos civis se relacionaram com a instituição após os ciclos de autoritarismo e militarismo no território nacional.

Essa noção de sequer estarem subordinados aos representantes do povo resultou, recorrentemente, em um tratamento cauteloso em relação aos militares, que, por sua vez, consolidou sua posição de poder na política nacional. A ambivalência dos governos civis ao lidar com a história recente de intervenções militares, somada à necessidade de garantir estabilidade e segurança, fortaleceu a ideia de que as Forças Armadas seriam um ponto de receio e medo, que deveria ser manejado com prudência e discrição para não explodir nas mãos dos governantes.

De maneira geral, os países da América Latina enfrentaram as intervenções militares de formas variadas. Como já abordado no capítulo anterior, alguns optaram por reparações e julgamentos, enquanto outros buscaram o completo esquecimento. O Brasil, por sua vez, seguiu um caminho distinto, adotando a anistia total, que foi formalizada pela Lei nº 6.683 de 1979.

A Lei da Anistia surgiu como panos quentes para a relação entre civis e militares no país. Em que pese ela compreender o período entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 e contemplasse, genericamente, todos os crimes cometidos, independentemente do vínculo militar, sua implementação funcionou como o pesticida apaziguador de uma praga que parasitou nas raízes mais fortes do solo brasileiro.

Mesmo as tentativas de algum nível de responsabilização dos militares pelo período autoritário enfrentaram resistência significativa. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi prontamente rejeitada pela caserna, apesar de não ter caráter punitivo, mas sim voltada para o esclarecimento e a apuração das violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura iniciada na década de 60.

Evocando a Lei de Anistia de 1979, que para eles deveria impedir punições a quaisquer crimes do período, **os militares rejeitaram desde o princípio a criação da comissão**. Alegavam que “apenas um lado” estava sendo escrutinado. A CNV rebatia com o argumento de que **o Estado, como responsável pela proteção dos direitos humanos, jamais pode violá-los e que os sujeitos particulares envolvidos nos confrontos da ditadura (militantes ou guerrilheiros, “terroristas” conforme os militares) não poderiam ser equiparados a agentes estatais** — e que, ademais, o “outro lado” já havia sido punido (no mínimo com cassações, prisões e exílio, principalmente no caso de dissidentes políticos) ou massacrado (com tortura, mortes e desaparecimentos, mais usados contra adeptos da luta armada) (Victor, 2022, p. 21-22)

Ao fim e ao cabo, a CNV funcionou de maio de 2012 a dezembro de 2014, apresentando seu relatório final à Presidenta Dilma Rousseff. A frágil reconciliação promovida na década de 80 durante o processo de redemocratização enfrentou novos desafios com as movimentações da CNV, restando cristalino que os impasses entre a esfera civil e militar permaneciam longe de uma resolução aprofundaram ainda mais as divisões e tensões no contexto político brasileiro

A **conciliação à brasileira**, um pacto entre militares e políticos que ao final resultou bem mais vantajoso para os primeiros, praticantes de uma violência de Estado incomparável com os crimes da luta armada contra a ditadura, **é apontado por estudiosos como uma das causas primordiais da ausência de controle civil de fato sobre os militares**, como ocorre nas democracias consolidadas (Ibidem, 2022, p. 21-22, grifo nosso)

Essa dinâmica de ausência de controle gera uma constante insegurança em relação às Forças Armadas, mantendo a sombra da possibilidade de uma intervenção pairando sobre as decisões do governo sobre a instituição, principalmente, no que diz respeito à questão orçamentária e organizacional. Frequentemente, as decisões financeiras e administrativas são influenciadas pela necessidade de apaziguar um poder que, embora institucional, carrega o peso de sua história — e, também, nas ações do presente — intervencionista.

É inegável que o tamanho da caserna no país é um ponto que pesa na percepção da capacidade intervencionista dos militares. Como o próprio José Murilo colocou “*a importância política da dimensão das Forças Armadas é óbvia. De modo geral, seu poder político varia em proporção direta a seu tamanho*” (Carvalho, 2005, p. 29). Em dezembro de 2023, o Ministro da Defesa José Múcio informou que o efetivo do país é de 360 mil militares entre profissionais de carreira e temporários, tendo, ainda, 58 milhões de cidadãos reservistas¹⁶.

Contudo, juntamente com esse efetivo expressivo, surge um grande desafio: a ausência de resoluções nas relações civis-militares no Brasil. Todos os golpes e impasses enfrentados pelo país oriundos dos quartéis nunca foram realmente abordados de forma profunda. As soluções encontradas se mostraram superficiais e, na maioria das vezes, limitadas ao âmbito da anistia ou a punições pontuais, como mencionado anteriormente, refletindo uma conciliação ao *jeitinho brasileiro*.

¹⁶ Disponível em: [Forças Armadas fecham 2023 com efetivo de 360 mil militares | \(abril.com.br\)](https://www.abril.com.br/forcas-armadas/forcas-armadas-fecham-2023-com-efetivo-de-360-mil-militares/)

3. POLÍTICA (MILITAR) BRASILEIRA

O dilema do parasita envolve justamente saber
até onde se pode roer a democracia sem
matá-la ou provocar sua reação contra si.
Ele é extensivo à incerteza de saber até onde
pode-se ir, sem suscitar uma reação
generalizada do sistema que o elimine do jogo.

Christian Lynch; Paulo Henrique Cassimiro
O Populismo Reacionário

3.1 Intervencionismo, conservadorismo e golpismo

A proximidade da política com a caserna, após um plano de fundo com ênfase em situações históricas chave, demonstra a presença dessa coleira verde oliva no pescoço de políticos e governantes. Por vezes quase invisível, um fio sutil, mas outras em perfeita opacidade. Em momentos decisivos, e diversos, a presença das Forças Armadas se impõe de maneira clara, evidenciando uma assimetria entre os poderes civis e militares, em que pese o aparato civil ser maior e mais extenso.

Concomitantemente, a noção de superioridade e confiança nas Forças Armadas é algo tangível, ainda que, sob uma análise crítica, possa ser questionada por argumentos concretos. No entanto, ela pode ser entendida como uma característica fundamental do instinto humano, dependendo do ponto de vista adotado. De maneira geral, a força bruta é frequentemente vista como um meio de estabelecer limites e de exercer o poder, funcionando com o um instrumento de imposição e controle — isso pode ser visto em teorias políticas, sociais e nas relações cotidianas gerais.

Com base nesse entendimento, a formação e o estabelecimento das Forças Armadas no Brasil se deram, de maneira inequívoca, com uma forte dose de egocentrismo, já que seus membros se viam como os pais da República brasileira. Nesse contexto, e considerando que o patrimonialismo foi o primeiro grande inimigo da República (Schwarcz, 2019, p. 73), não surpreende que as Forças Armadas tenham utilizado suas próprias ideias e ideais como um molde para determinar o que consideravam ser o destino do Brasil.

Essas ideias foram assimiladas de diversas formas, mas, sem dúvida, as intervenções e movimentos externos desempenharam um papel fundamental na sua formação. Entre os principais exemplos, destacam-se a missão militar na Alemanha e os jovens turcos, que influenciaram profundamente o pensamento dos militares brasileiros — principalmente com *A Revista Defesa Nacional*.

Além dessa experiência, outras colaborações internacionais também marcaram o desenvolvimento da mentalidade interventora nas Forças Armadas, sendo a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, com o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB), um momento significativo. Tais experiências externas ajudaram a moldar a visão dos militares brasileiros sobre a necessidade e legitimidade de intervenções para preservar a ordem interna, reforçando a ideia de que a ação das Forças Armadas poderia ser um instrumento crucial para garantir a estabilidade política.

Tal expedição trouxe múltiplos efeitos para o âmbito militar no Brasil, dentre eles, e inicialmente, a precariedade da Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) e a dependência de fornecimento global de equipamentos, formação e até fardamento — fornecidos pelo exército norte-americano (Oliveira, 1987, p. 55). Essas diferenças eram fortes em relação ao exército dos Estados Unidos da América no qual a FEB foi integrada.

Com isso, ao retornarem da expedição, os oficiais trouxeram consigo uma forte convicção sobre a urgência de acelerar o desenvolvimento econômico do país, alicerçada em uma perspectiva política firmemente nacionalista. Essa nova percepção refletia a crença de que o progresso deveria ser orientado por padrões que valorizassem a identidade e os interesses nacionais, moldando, assim, a visão de futuro para a nação

Na condição de Estado hegemônico (e ainda antes que sua hegemonia estivesse perfeitamente cristalizada pelo resultado da II Guerra) **os Estados Unidos já haviam tomado várias providências para substituírem a influência decadente da França no exército brasileiro**. Além dos acordos militares e de convenções internacionais de que o Brasil viria a participar nos anos 40 e 50, **os Estados Unidos abriram suas escolas militares aos oficiais brasileiros** (e igualmente a militares de vários outros países vizinhos, para ficarmos apenas no âmbito de América Latina), em níveis de aperfeiçoamento ou de Estado Maior (Ibidem, 1987, p. 57)

Essa dinâmica, evidentemente, não se restringia a uma simples ação diplomática voltada para a promoção de uma convivência pacífica e cooperativa entre as nações. Na realidade, ela visava implementar um projeto mais amplo de influência e controle, refletindo interesses estratégicos que iam além da superficialidade das relações amistosas. Ao invés de apenas buscar harmonia, o objetivo era consolidar uma posição de poder e domínio, uma

hegemonia, utilizando a diplomacia como uma ferramenta para avançar em direções políticas e econômicas que garantissem vantagens estratégicas duradouras.

Mediante um programa previamente elaborado, **havia o objetivo de incutir nestes militares os fundamentos do *american way of life*** e de ganhar-lhes a convicção de que, ao voltarem aos seus países de origem, **deveriam engajar-se no sentido de que seus governos aceitassem a hegemonia americana como boa e natural, ao menos como inevitável [...]** Esse movimento deliberado em direção aos militares brasileiros tanto para obter o seu consentimento para a política americana de mais longo prazo quanto para conseguir a concessão de territórios para a instalação de bases militares (Oliveira, 1987, p. 58, grifo nosso).

A teoria basilar para Eliézer Oliveira quanto ao Estado hegemônico é a de Antônio Gramsci. Nesse contexto, os Estados Unidos adotaram essa abordagem para fomentar um contágio de movimentos nacionalistas na América Latina, com o intuito de assegurar maior lealdade dos regimes e governos alinhados a seus interesses. Esse esforço visava, assim, garantir a hegemonia americana e proteger seus objetivos políticos e expansionistas na região.

Isto posto, a maneira mais prática e célere para a implementação eficaz dessas ideias foi por meio da Escola Superior de Guerra (ESG) criada em 1949. Ao mesmo tempo em que a ESG inicialmente foi uma extensão da hegemonia dos estadunidenses, logo começou a singularizar-se por conta ao atrair a procura pela elite civil para participar da estrutura

O grupo criador da ESG pode assim **conceber-se como uma espécie de mediador de lutas políticas reais**, tanto no interior dos interesses dos grupos dominantes (as *elites*) quando no interior do aparelho de Estado, elaborando ideologicamente uma visão do processo brasileiro que é um dos fundamentos da DSN. Classes dominantes com **frágil organização e frágil hegemonia representaram a existência de um espaço político que foi preenchido por esta iniciativa militar de criação de uma instituição *sui generis***, de fato: voltada para a disputa da direção política da sociedade a partir de sua posição de implementação no aparelho de Estado. Ao contrário de dirigir-se à organização do consentimento da dominação burguesa entre as classes subalternas (tarefa dos partidos burgueses que é executada em parte pela impensa neste País destituído de Partidos profundamente implantados nos interesses sociais), **este grupo irá atuar sobretudo no nível superestrutural, mas particularmente nos níveis de governo** (Ibidem, 1987, p. 60-61, grifo nosso)

Ademais, é importante lembrar que o estudo foi realizado há mais de 30 anos, em um contexto histórico marcado por tensões políticas e sociais muito intensas. Nesse cenário, Eliézer Oliveira enfatiza a necessidade de a Escola Superior de Guerra (ESG) buscar novas fontes e motivações para o seu pensamento, distanciando-se, em parte, das influências externas e, principalmente, dos modelos importados. Para isso, ele recorre, de forma significativa, às obras de pensadores como Alberto Torres e Oliveira Viana.

Pode ser destacado que na criação da ESG não contou com tendências consideráveis, em específico no caso brasileiro, pois houveram escolas similares criadas por toda América Latina, o “*desenvolvimento das instituições políticas tem sido permeado por uma integração contínua do aparelho militar ao nível do exercício mais direto do poder e da dominação política*” (Oliveira, 1987, p. 62). Em um período de 32 anos, formaram-se 4.014, sendo 1.765 civis e 2.249 militares, é um número considerável, principalmente quando avaliado que desde a sua criação já formava vultuosas turmas.

Tabela 1 - Diplomados pela Escola Superior De Guerra

CURSOS	CSG	CEMCFA	CI	C MOB NAC	HONORIS
	1950-82	1953-82	1959, 65-72	1958-59	CAUSA
CIVIS	1.630	—	75	20	40
MILITARES	1.230	864	66	62	67
TOTAL	2.860	864	141	82	107

Fonte: General de Exército Alzir Benjamin Chaloub (Comandante e Diretor de Estudos). A Escola Superior de Guerra. ESG: T1 83, p. 19. In: Oliveira, Eliézer Rizzo de (Org.). **Militares pensamento e ação política**. Campinas, SP: Papirus, 1987, p. 83

É importante ressaltar que o ingresso de civis na ESG não deve ser confundido com a entrada de civis promovida pela Aeronáutica e pela Marinha durante o processo de ressocialização que se seguiu ao período ditatorial de 1964-1985. Enquanto a incorporação de civis nas Forças Armadas, no caso da Aeronáutica e da Marinha, visava essencialmente a integração de elementos da sociedade civil no contexto militar pós-ditadura, a adesão de civis à ESG tinha um caráter distinto, focado na formação intelectual com fulcro militar e na criação de um pensamento alinhado aos interesses estratégicos da instituição.

A Escola Superior de Guerra (ESG) surgiu como uma continuidade da ação política de uma geração de oficiais provenientes do movimento tenentista. Esses militares, que participaram de momentos decisivos da história militar brasileira, como os conflitos da década de 1930, a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial e a formação em instituições de ensino nos Estados Unidos, desempenharam um papel central na construção de uma nova visão estratégica para o país. A ESG, portanto, representa não apenas uma resposta institucional a essas experiências, mas também uma tentativa de consolidar e transmitir os aprendizados adquiridos por essa geração de oficiais no cenário internacional e nacional.

Na visão de Eliézer, *“esta geração caracteriza-se pelo senso de permanência e pelo empenho deliberado em envolver a instituição militar como instrumento de uma visão estratégica. De certa forma, isto corresponde à ideia de se fazer a política do Exército”* (Oliveira, 1987, p. 65).

Cabe salientar, que o objetivo aqui não é explorar em profundidade a Escola Superior de Guerra, mas sim compreender, mesmo que superficialmente, seus impactos no pensamento dos militares brasileiros. Nos moldes da ESG, conforme observado por Vanda Maria Costa Aderaldo (1978), a Escola comprometeu-se a promover mudanças visando um desenvolvimento baseado no potencial da nação. Sendo esse, na visão das Forças Armadas, um requisito para que pudessem realizar a sua tarefa de prover a Segurança Nacional. Com essa perspectiva, acreditava-se que não fazia sentido negar à caserna o direito de interferir nas questões políticas (Oliveira, 1987, p. 65-66 apud Aderaldo, 1978).

Toda essa construção de pensamento embalou a criação da tese lacerdiana do *golpismo democrático* (Mello, 2022; Delgado, 2006). Antes de avançarmos, é importante delimitar claramente o escopo analisado: o foco recai sobre as teses de Carlos Lacerda (1914-1977), especialmente suas reflexões acerca do papel das Forças Armadas na política brasileira, e não sobre o lacerdismo. Este último, de fato, exigiria uma investigação mais aprofundada das obras de autores como Gláucio Dillon Soares (1965), que dedicou atenção especial ao estudo do lacerdismo enquanto movimento político.

A proposta de Lacerda tem a aproximação clara com o liberalismo e o conceito do pecado original (Carvalho, 2017; Rouquié, 1984), tendo o norte

de que os regimes começados com um golpe de Estado são marcados por um “pecado original” que “afeta tudo o que fazem, pois a conspiração e a surpresa são o extremo oposto do progresso social. Os conspiradores, longe de mobilizar politicamente as forças sociais interessadas na mudança, excluem-nas ou as desconsideram. Desde o início, o pretorianismo radical afigura-se como despotismo esclarecido; tudo para o povo, nada pelo povo (McCann, 2007, p. 14 apud Rouquié, 1987, p. 330)

Assim, o poder instaurado pela força militar com o golpe da República caracteriza-se por uma forma de despotismo que, sob a justificativa de agir em nome do povo, na realidade, se distancia dos seus reais anseios. E, principalmente, após os governos Vargas teria ocorrido uma mácula. Para Lacerda, há a necessidade de purificação dessa democracia maculada e ela deve ser feita por meio do braço armado do Estado

as Forças Armadas no Brasil se distinguiam das demais das nações vizinhas e, por esta razão, **seriam as instituições mais adequadas a promover essa mudança, purificando** e moralizando as instituições, **estabelecendo, de uma vez por todas, a democracia em território brasileiro** (Mello, 2021, p. 16 apud Dulles, 2000, p. 238, grifo nosso).

Essa teoria base começou a ser amplamente divulgada pela imprensa, com destaque para o jornal *Tribuna da Imprensa*, que se tornou um dos principais canais de disseminação dessas ideias. Esse processo de veiculação de pensamentos e discursos políticos culminou na formação do arcabouço ideológico que serviria de base para a criação da União Democrática Nacional (UDN). A UDN, por sua vez, consolidou-se como um partido que centralizava em sua plataforma cinco características essenciais:

Quadro 5 – Características centrais da UDN

Elitismo: a presciência das elites, princípio glorificado nas recorrentes afirmações de que os melhores não podem perder;

Golpismo: ênfase na defesa da ordem e da democracia, o que justificava o combate ao comunismo através de ações golpistas e a aliança com os militares;

Moralismo: UDN como “o chão limpo da nação”; auto-imagem: qualidades morais inspiradas numa ética de vergonha, decência e dignidade;

Antipopulismo: UDN como veículo de moralização dos costumes políticos;

Autoritarismo: a UDN privilegiava os meios e secundarizava os fins.

FONTE: DELGADO, Marcio de Paiva. **O Golpismo Democrático Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna de Imprensa na Quebra da Legalidade (1949-1964)**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG, 2006, p. 47.

A oposição à Getúlio Vargas foi um dos grandes engajadores da UDN, pois, juntou diversos insatisfeitos com os seus governos em um só, tendo uma grande força partidária. A grosso modo, a versão mais radical desses pilares da UDN e das teses de Carlos Lacerda, é o que se entende pelo lacerdismo.

Em suma, nas teses de Lacerda, ocorreria uma quebra da legalidade, contudo, seria um intervencionismo necessário para a purificação da democracia, que deveria ser realizado pelas Forças Armadas. Esse conceito propõe que a intervenção militar seria uma ação fundamental e até imprescindível para restaurar ou preservar os princípios democráticos, como se a presença das Forças Armadas fosse um antídoto contra a corrupção ou o desvirtuamento do regime político.

Também, entoadado com nortes similares, quanto à um modelo possível de utilização da instituição militar para fins de uma intervenção democrática, Oliveira Vianna contribuiu com a teoria do conservadorismo estatista, exposta em diversas de suas obras, mas especialmente em *Problemas de Organização, Problemas de Direção* (1956). Tal tese foi “*provavelmente a primeira crítica do conservadorismo estatista ou reformista, de índole nacionalista, ao libertarianismo ou neoliberalismo*” (Lynch, 2018, p. 11). Como colocado por Vianna (1920), mas também por diversos autores citados nesse trabalho, havia no Brasil a ausência de um elo entre os indivíduos que aqui moravam e cultivavam suas vidas, carecendo de um senso nacional, de uma nação.

O conservadorismo estatista é uma corrente ideológica que defende a intervenção ativa do Estado para promover a ordem social e garantir a coesão nacional, por meio de um governo centralizado e autoritário. Esse modelo busca criar um senso de coletividade, funcionando como uma proteção à nação brasileira, ao colocar o Estado como o principal agente de controle e direcionamento (Ibidem, 2018).

O autoritarismo inerente a essa ideologia se manifesta na centralização do poder, com um Estado interventor e ativo, e no controle social, que se traduz em uma visão homogênea e nacionalista da sociedade. A presença dos militares, como representantes do Estado e agentes encarregados de implementar e sustentar essa intervenção, reforça ainda mais essas características, atribuindo à esfera militar um papel central na consolidação e manutenção do projeto político.

Cabe aqui uma ressalva, a dinâmica ideológica oferecida por Oliveira Vianna, assim como no caso de Alberto Torres, não pode ser simplesmente categorizada como autoritária e ditatorial, deve haver uma consideração sobre o tempo e a política em que estão inseridas as suas obras (Ibidem, 2018). Contudo, aqui, não o meu objetivo adentrar nessa análise do autor, mas tão somente valer-me da sua tese quanto as noções de valores e usos para a instituição militar ao longo da República.

3.2 A convicção de proteção e amparo: a confiança na instituição militar

É notório, nas interações públicas, pessoais e institucionais, o ressurgimento da aproximação com os conceitos, lemas e o estilo de vida militar. Embora seja plausível afirmar que nunca deixaram de ser admirados de alguma forma, houve um período em que expressar tal apoio ou admiração em relação à caserna ou aos partidos políticos de direita tornou-se

motivo de constrangimento, especialmente após a ditadura de 1964-1985 (Quadros; Madeira, 2018). Durante esse período, as Forças Armadas experimentaram um afastamento em relação à sociedade civil, resultante do legado da repressão militar, que fomentou um ambiente de desconfiança e crítica.

No entanto, a atual reaproximação entre militares e civis sugere uma transformação nas percepções sociais e políticas que foram estabelecidas à época supramencionada, refletindo mudanças no ambiente democrático e na dinâmica de poder no Brasil. Essa modificação é acompanhada por um processo de legitimação da presença militar no espaço político — por uma considerável parcela da população e pelos próprios —, manifestando-se em discursos que exaltam a disciplina, a hierarquia e o patriotismo como valores essenciais para a estabilidade nacional, conforme mencionado anteriormente por conta da consideração sobre uma identidade singular.

Contudo, por mais que possa parecer um tanto quanto anômalo para alguns, a instituição militar é munida de altas considerações pelo indivíduo médio. Entender a percepção do brasileiro quanto as entidades do país e como a sua percepção de confiança relaciona-se com elas, contribui para compreender a temática das Forças Armadas enquanto solucionador dos males do Brasil.

Sob essa perspectiva, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) Direito SP iniciou uma pesquisa empírica sobre a confiança, por meio do Índice de Confiança na Justiça no Brasil (ICJBrasil), objetivando analisar de forma sistemática a percepção da confiabilidade do Judiciário brasileiro, de acordo com os pesquisadores responsáveis — Luciana de Oliveira Ramos, Luciana Gross Cunha, Fabiana Luci de Oliveira e Joelson de Oliveira Sampaio — a confiança pode ser retratada considerando “se o cidadão acredita que essa instituição cumpre a sua função com qualidade, se faz isso de forma que os benefícios de sua atuação sejam maiores que os seus custos e se essa instituição é levada em consideração no dia a dia do cidadão comum¹⁷”.

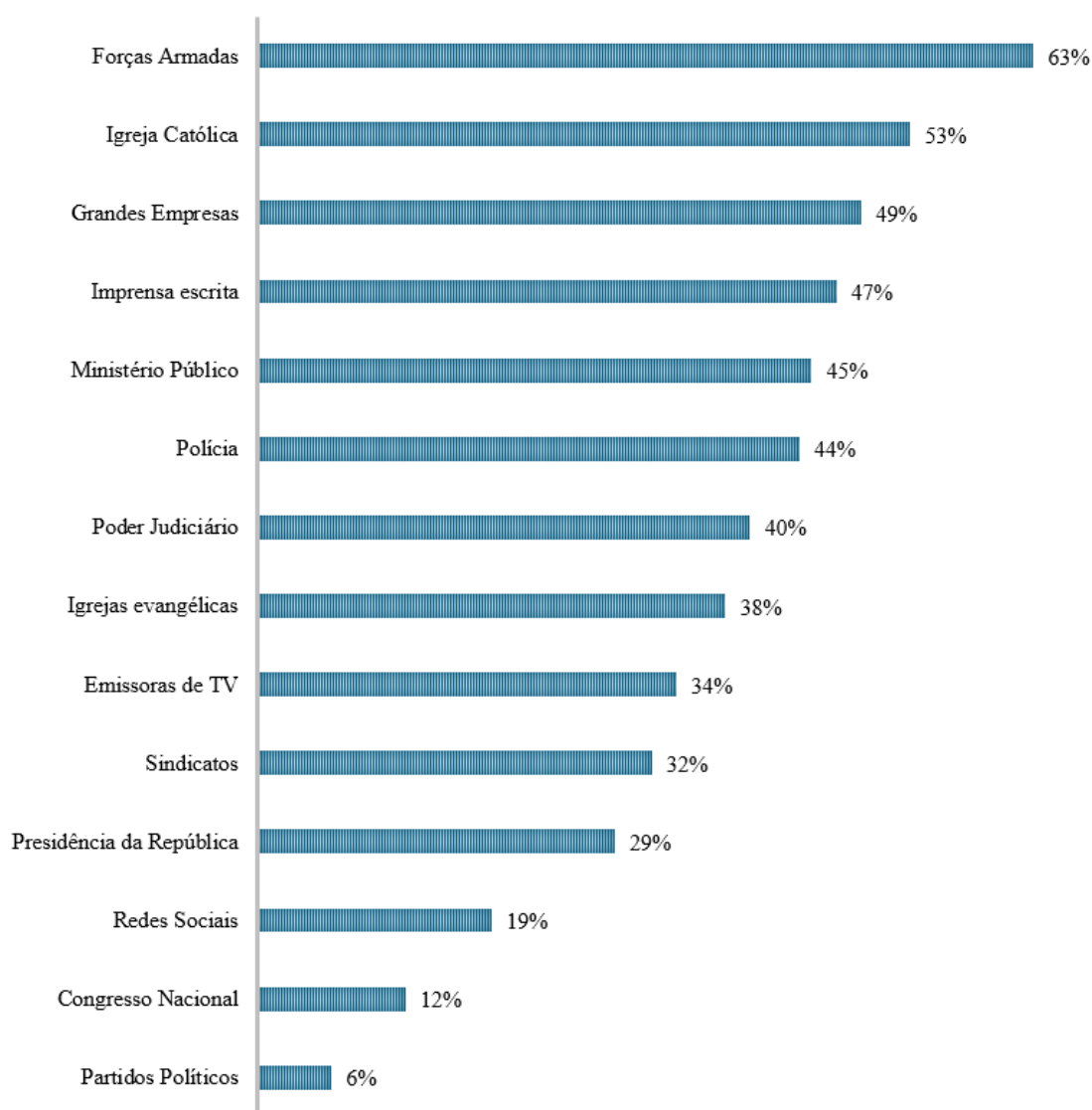
O Índice de Confiança na Justiça no Brasil (ICJBrasil) foi aplicado de forma anual durante o período compreendido entre 2009 e 2017, proporcionando uma visão contínua sobre a percepção da justiça no país. Após um hiato significativo, o índice foi reintroduzido no final de 2020, permitindo uma nova série de coletas e análises pelos pesquisadores envolvidos. Foram coletadas amostras em sete unidades federativas e no Distrito Federal, valendo-se do método de seleção de amostragem por cotas para tal. O seu relatório final foi divulgado em

¹⁷ Relatório completo com descrição detalhada da metodologia disponível em: [Relatório ICJBrasil 2021 \(fgv.br\)](https://www.fgv.br/relatorio-icjbrasil/2021)

2021, oferecendo dados relevantes sobre a confiança dos brasileiros nas instituições, principalmente as judiciais, mas não só elas.

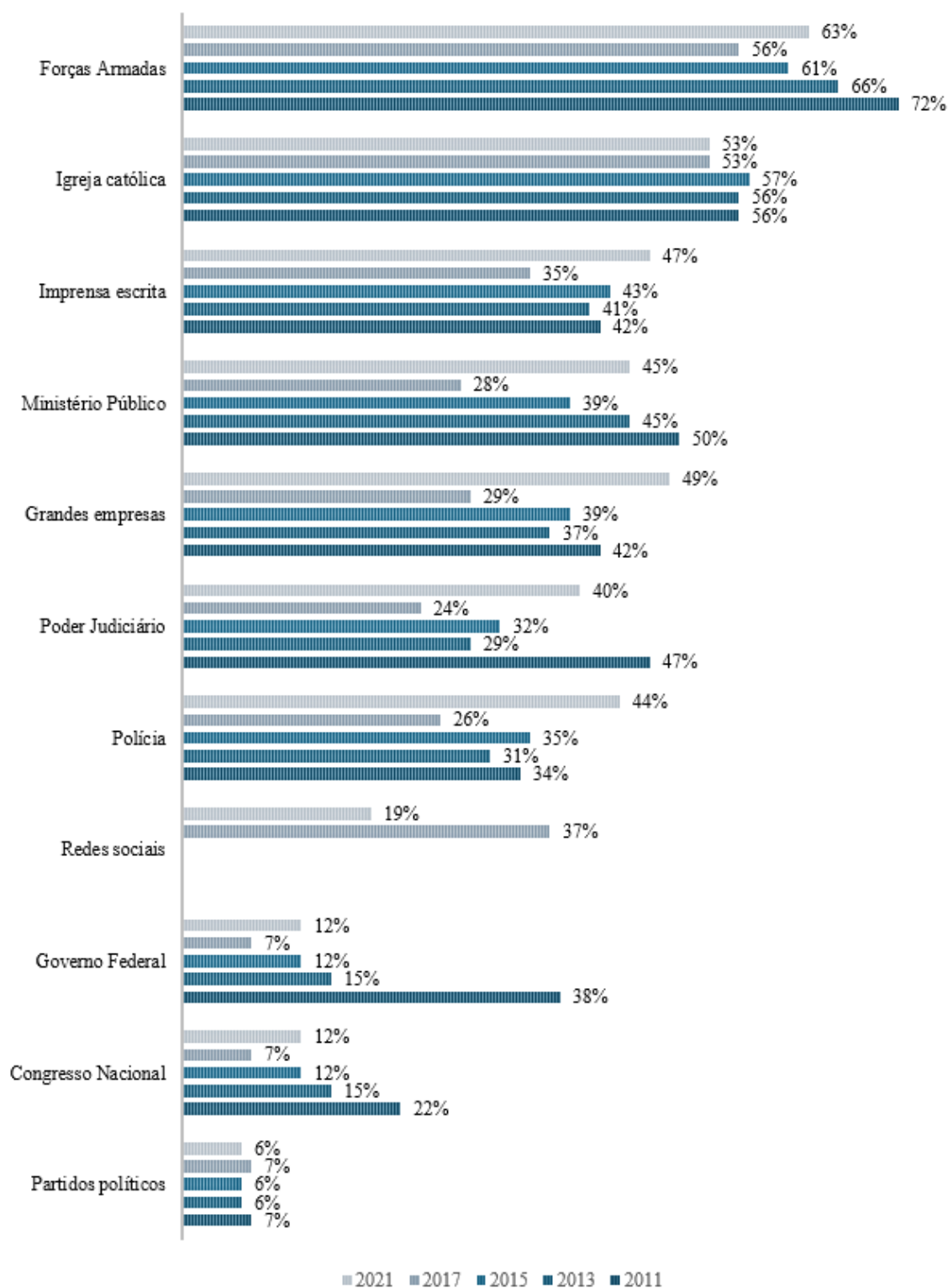
Embora o foco principal do índice seja a avaliação do sistema judiciário nacional, ele também contemplou de maneira sistemática a análise da confiança em outras instituições, incluindo, entre elas, as Forças Armadas, ampliando, assim, o escopo da investigação para as dinâmicas de confiança institucional no Brasil. Assim, segue abaixo dois resultados dessa pesquisa para análise

Gráfico 1 – Confiança nas Instituições



Fonte: RAMOS, Luciana de Oliveira; CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci de. SAMPAIO, Joelson de Oliveira. **Relatório ICJBrasil**, 2021. São Paulo: FGV Direito SP.

Gráfico 2 – Evolução da Confiança nas Instituições (anos ímpares)



Fonte: RAMOS, Luciana de Oliveira; CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci de. SAMPAIO, Joelson de Oliveira. **Relatório ICJBrasil**, 2021. São Paulo: FGV Direito SP.

A primeira informação relevante é que, em 2021, as Forças Armadas ocupavam a primeira posição no índice que avaliou catorze instituições, destacando-se com uma margem

considerável em relação à segunda colocada — vide gráfico 1. Essa superioridade não apenas reflete, obviamente, a confiança da população nas Forças Armadas, mas também a sua constância mesmo em uma época com tantas demandas e ações reacionárias vinculadas a figura do Exército.

O gráfico 1 ilustra essa diferença, permitindo uma visualização clara da percepção positiva em relação às Forças Armadas em comparação com outras entidades, o que é especialmente significativo em um contexto de crescente desconfiança nas instituições públicas.

Também, ao longo das aplicações do índice, em nenhum dos anos analisados a caserna perdeu sua posição de destaque — conforme ilustrado no gráfico 2. Isso indica uma percepção consistente e positiva das Forças Armadas por parte da população, sugerindo que, apesar dos atos intervencionistas ao longo dos anos, a instituição manteve uma imagem de confiança e credibilidade.

Ambas as representações gráficas fornecem um panorama abrangente sobre as percepções que a população tem em relação aos militares enquanto instituição armada. A menor porcentagem registrada foi de 56% em 2017, um índice que, embora possa parecer baixo em comparação com outras áreas da sociedade, continua a ser considerado extremamente elevado quando se analisa o contexto geral de confiança nas instituições brasileiras.

Essa constância sugere um apoio social significativo e uma percepção positiva em relação à função das Forças Armadas na proteção e na defesa da soberania nacional. É notável que apenas as Forças Armadas e a Igreja Católica conseguiram manter índices superiores a 50% ao longo dos anos, o que reforça a singularidade da posição das Forças Armadas.

Uma análise inicial revela de forma clara que a instituição militar mantém uma aspiração de confiança junto à população, demonstrando estabilidade e/ou crescimento nos indicadores do ICJBrasil. Claro, é relevante salientar que os índices aqui demonstrados não possuem um fundamento específico durante a sua pesquisa, mas a simples indagação pela percepção do indivíduo sobre a instituição. Logo, o ponto ora abordado, sobre o porquê de confiar em uma instituição que não age para tal segue em mora.

Essa confiança, em ocasiões e momentos temporais distintos, acabou por transbordar e trouxe aos militares uma prepotência de autodeterminação de suas funções e competências. Em 2022, o Instituto General Eduardo Villas Bôas, Instituto SAGRES e o Instituto

Federalista, com a coordenação do general Luiz Eduardo Rocha Paiva, elaboraram e divulgaram o Projeto de Nação: o Brasil em 2035¹⁸.

O documento é apresentado como uma Política Nacional ou Plano de Estado, tendo nele possibilidades para o Brasil, dizendo trabalhar com probabilidades, um mero estudo de cenários. Contudo, o projeto fala por si só, trazendo uma projeção de um único cenário e com uma leitura arbitrária sobre ele, tendo um cunho, pode-se dizer, quase de um primo do Plano Cohen. Ao invés de um inimigo imaginário que apenas os militares poderiam combater e garantir a paz e segurança, foi criado um cenário de futuro imaginário no qual a caserna possui papel basilar para concretizar.

Esse mais novo filho das Doutrina de Segurança Nacional emerge como um guia para os governos em como realmente fazer o país ser próspero e eficiente. Mais uma vez, demonstrando os atos da instituição armada são, em grande parte, focados em tutelas direcionadas a população e governos civis.

Também, ao mesmo tempo em que são feitas colocações de ser um projeto com total autonomia para alterações por parte dos governos até a sua total implementação — obrigada pelo aval, generais —, os mesmos frisam *“que os coordenadores e articuladores têm sido flexíveis, a ponto de oportunamente implementar as alterações que os cenários indicaram, bem como contemplar as mudanças típicas da alternância de poder de uma democracia”* (Sagres, 2022, p. 12).

O Projeto de Nação pode ser interpretado de maneira inequívoca sob uma perspectiva autoritária, configurando um modelo de país idealizado pela esfera militar, que busca promover um conservadorismo aliado a um progresso cuidadosamente monitorado que denominam como conservador evolucionista (Ibidem, 2022, p. 13). Essa narrativa ressoa com familiaridade, tendo em vista os múltiplos discursos e declarações proferidos por representantes militares durante o período de abertura política nas décadas de 1970 e 1980.

Esse anseio de exercer um poder tutelar, uma espécie de poder moderador, e coordenar as decisões da esfera civil é algo longínquo, como amplamente demonstrado na presente dissertação. O Projeto de Nação é a situação, possivelmente, mais explícita e marcante dos últimos anos, mas sem dúvidas advém de um arcabouço criado e cumulado, ano após ano, pelas Forças Armadas.

¹⁸ Disponível em: [PROJETO DE NAÇÃO - Versão Digital - 2022](#).

3.3 Na disputa pelo espólio do poder moderador: todos os males do Brasil resolvidos pela caserna

O poder moderador no Brasil, aquele que carinhosamente consideramos um legado extinto, permanece como um espólio em acirradas disputas, especialmente entre o Poder Judiciário e as Forças Armadas (Lynch, 2022). Embora tenha sido formalmente abolido com a instauração da República, seu conceito e essência continuam a exercer uma atração significativa, suscitando a ambição de diversas instituições em sua assunção. Em especial, essa herança jacente é disputada pelo Superior Tribunal Federal (STF) e o Exército Brasileiro, pode ser dividida em duas linhas de discursos, de acordo com o trabalho de Christian Lynch, o judiciarista e o militarista.

O quarto poder incumbia-se da função de moderar, orientando-se pela garantia da estabilidade dos demais poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — e assumia a responsabilidade pela manutenção da paz em situações de atritos graves. Essa estrutura de moderação não apenas visava evitar conflitos entre as instituições, mas também buscava assegurar a integridade do Estado como um todo, promovendo um ambiente propício ao desenvolvimento político e social, claro, de acordo com as regras e interesses da monarquia.

Ademais, representava, inquestionavelmente, a base de autoridade do monarca, à época Dom Pedro I, para o exercício do governo do país. O poder moderador, portanto, não era meramente um elemento de equilíbrio, mas sim um pilar essencial que conferia legitimidade ao regime monárquico, permitindo ao rei o controle sobre as dinâmicas políticas e sociais, ao mesmo tempo em que protegia os interesses da nação diante de desafios internos e externos.

Assim, essa dinâmica dual do quarto poder (Ibidem, 2005) exerceu uma influência considerável sobre o pensamento político brasileiro, comunicando-se com o absolutismo fraco da segunda escolástica, representado por Tomás de Aquino, e com o reformismo ilustrado promovido por José Bonifácio. Esse plexo de ideias e tradições, embasado na cultura lusitana, forjou profundamente a formação política do Brasil. Assim, a herança cultural e filosófica portuguesa não apenas fundamentou a estrutura política do país, mas também proporcionou um contexto no qual as ideias de moderar e equilibrar o poder se tornaram centrais na construção da identidade nacional.

Como já visto antes, durante o período imperial, a força militar caracterizava-se por uma obediência essencial, resultando no fato que os temas pertinentes a essa instituição serem tratados pelos órgãos de representação e administração (Carvalho, 2005, p. 144). Entretanto,

com o golpe da República, essa dinâmica sofreu uma transformação significativa, refletindo mudanças substanciais também no texto constitucional. A nova configuração política alterou não apenas a relação entre a militarização e o Estado, mas também a forma como as questões militares passaram a ser discutidas e regulamentadas, marcando o início de um processo de redefinição do papel das Forças Armadas na sociedade brasileira.

Tudo mudou com a proclamação da República. E mudou não por causa da República, mas pela maneira como foi proclamada, isto é, por um levante militar contra o governo. As mudanças começaram já na Constituição de 1891, como é sobejamente conhecido. O "essencialmente obediente" do texto imperial foi tornado inócuo com o "dentro dos limites da lei", do texto republicano. A força armada foi definida como instituição permanente e teve suas funções ampliadas para incluir a garantia da manutenção das leis. Além disso, desapareceu totalmente a prática de nomear ministros civis para as pastas militares (com uma única exceção no governo de Epitácio Pessoa) (Carvalho, 2005, p. 145)

Essa tão cobiçada herança jacente, no que diz respeito às Forças Armadas, fundamenta-se, além dos argumentos históricos, defendem a sua legitimidade para a assunção de um papel ativo, amparada pelo encargo atribuído à caserna disposto no artigo 142 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Contudo, é crucial observar que essa fundamentação carece de uma base lógica e constitucional dentro do sistema democrático brasileiro.

Nos momentos de crise institucional no país, como os que se sucederam desde 2013, os militares e setores conservadores da sociedade, para assombrar a estabilidade democrática, recorrem a uma interpretação equivocada do artigo 142 — já repelida pelo Supremo Tribunal Federal e pela Câmara dos Deputados — de que as Forças Armadas podem intervir para pacificar conflitos entre os Três Poderes, atuando como poder moderador. Nem o texto da Carta nem a lei complementar que o regulamenta lhes dão essa atribuição. Os militares podem ser acionados somente se houver ameaças externas aos Poderes (Victor, 2022, p. 51)

Essa concepção de tutela é abordada pelos membros das Forças Armadas como uma característica orgânica, intrínseca ao seu papel institucional e constitucional, posicionando-os como responsáveis pela supervisão e guarda da população civil. Nesse contexto, sugere-se que, após o período de redemocratização, os militares teriam concedido à sociedade a oportunidade de deliberar livremente, ao passo que, se necessário, estariam prontos para intervir, cabendo a eles a determinação do momento oportuno para tal ação. Essa ideia torna-se evidente em pronunciamentos das Forças Armadas, como os proferidos pelo comandante do Exército à época, Eduardo Villas Bôas, que refletem essa postura de vigilância

Na primeira entrevista que fiz com o general, para a Folha de S.Paulo, em julho de 2017, Villas Bôas afirmou que a saída da crise política deveria vir da eleição de 2018, que “o Brasil e suas instituições evoluíram e desenvolveram um sistema de pesos e contrapesos que **dispensa a tutela por parte das Forças Armadas**” e que a Constituição deveria prevalecer: “Todos devem tê-la como farol a ser seguido” (Victor, 2022, p. 171, grifo nosso)

Além desse momento mais recente, destaca-se o emblemático telefonema realizado pelo general Leônidas Pires Gonçalves a José Sarney nas vésperas de sua posse. Essa comunicação reveste-se de significado histórico, refletindo a interação entre as Forças Armadas e o novo governo em um período de transição política delicada

Por autodeclarada paúra, Sarney não queria virar presidente. Preferia que Ulysses, então recém-eleito presidente da Câmara dos Deputados, cumprisse o papel. Foi comunicado pelo ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, num telefonema às três da madrugada, de que o chefe do Executivo dali a poucas horas seria ele, e não Ulysses. O general recordaria anos depois: Telefonei para ele de madrugada e ele me disse assim: “Leônidas, estou muito constrangido amanhã de assumir sem o presidente Tancredo Neves”. E eu disse: “Sarney, deu muito trabalho organizar todo este evento para amanhã e está previsto de acordo com a Constituição que você assuma, e portanto seu argumento acho que não vale. Boa noite, presidente”. O gesto de Leônidas instaurava a tutela militar que caracterizaria o governo nascente (Ibidem, 2022, p. 49)

Essa comunicação, imbuída de um forte sentimento de orgulho e de memórias significativas da caserna, exemplifica de maneira contundente a posição das Forças Armadas como concorrentes ao espólio do poder moderador. Essa dinâmica revela não apenas a ambição institucional de reassumir um papel proeminente na esfera política, mas também a continuidade de uma tradição de influência que perpassa a história do país.

Outro ponto relevante que ilumina essa convicção entre os militares — além do conceito de herdeiros em decorrência do golpe que instaurou a República, abordado no primeiro capítulo deste trabalho — é a noção de secção e superioridade em relação ao mundo externo. Essa divisão pode ser elucidada pela forma como os quartéis são estruturados e administrados, levando em consideração os aspectos que caracterizam as instituições totais.

Assim, essa noção de divisão estabelece uma barreira simbólica entre os militares e o restante da sociedade, acentuando sua autoimagem como guardiões da ordem e da segurança nacional. A organização interna dos quartéis, marcada por uma hierarquia rigorosa e um ambiente com regras contundentemente preestabelecidas, reforça essa percepção de exclusividade e distinção em relação à sociedade civil.

Aparentemente, as instituições totais não substituem algo formado pela sua cultura específica; estamos diante de algo mais limitado do que aculturação ou assimilação.

Se ocorre mudança cultural, talvez se refira ao afastamento de algumas oportunidades de comportamento e ao fracasso para acompanhar mudanças sociais recentes no mundo externo. Por isso, **se a estada do internado é muito longa, pode ocorrer, caso ele volte para o mundo exterior, o que já foi denominado ‘desculturação’** - isto é, ‘destreinamento’ - que o torna temporariamente incapaz de enfrentar alguns aspectos de sua vida diária [...] [instituições totais] criam e mantêm um **tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle de homens** (Goffman, 1974, p. 23-24, grifo nosso)

José Murilo vale-se das observações de Goffman acerca desse aspecto fundamental da vida militar nas Forças Armadas para embasar suas análises sobre a caserna. Ao integrar essas reflexões teóricas, Murilo proporciona uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas institucionais e das interações sociais que permeiam o cotidiano militar, iluminando as complexidades e as particularidades desse universo

as organizações militares que, além de serem de grande complexidade, se enquadram no que Erving Goffman chama de instituições totais. **Essas instituições, pelo fato de envolverem todas as dimensões da vida de seus membros, constróem identidades mais fortes.** Quando plenamente desenvolvidas, requerem de seus membros uma radical transformação de personalidade. São exemplos desse fenômeno as **antinomias** entre homem velho e homem novo, nas ordens religiosas, e entre **militar e paisano**, nas organizações militares. Uma identidade mais forte aumenta o grau de autonomia da organização em relação ao meio ambiente. (Carvalho, 2005, p. 8, grifo nosso)

Prosseguindo com as mesmas considerações acerca da divisão entre civis e militares, em uma entrevista com o general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas¹⁹, conduzida por Celso Castro²⁰ entre agosto e setembro de 2019, evoca a clássica analogia militar do círculo de giz. Essa metáfora, frequentemente utilizada no contexto militar, ilustra as fronteiras percebidas entre os distintos mundos civil e militar, enfatizando as barreiras simbólicas que delimitam as esferas de atuação e a identidade de cada grupo. Através dessa analogia, Villas Bôas ressalta a as especificidades e os limites que permeiam a interação entre civis e militares

Numa passagem da entrevista, ele menciona “o círculo de giz que, por vezes, nós mesmos [os militares] traçamos ao nosso redor”. O general admite que a primeira vez que interagiu mais continuamente com civis foi quando ingressou no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Geurra, em 2000, quando já tinha 49 anos. A respeito dessa experiência, ele diz: “**convivência diária**

¹⁹ Comandante do Exército Brasileiro de 5 de fevereiro de 2015 a 11 de janeiro de 2019. No período de 2019 a 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro, foi assessor do Gabinete de Segunrança Institucional da Presidência da República.

²⁰ Doutor em antropologia social, formado pelo Museu Nacional/UFRJ, e pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV CPDOC), possui diversos livros sobre os militares, entre estudos antropológicos, entrevistas e análises, muitos deles constando como obrigatórios para a formação na Academia das Agulhas Negras (AMAN).

com os civis, no início, se constituía num exercício de paciência e de flexibilidade intelectual. Nós, militares, temos todos a mesma estrutura mental, o que nos leva coletivamente a, diante de um impulso qualquer, reagirmos de forma padronizada. Os civis não, cada um vê o problema por um ângulo diverso” (Castro, 2021, prefácio à 3ª Edição, grifo nosso)

Esse breve trecho retrata de maneira significativa a visão que os militares nutrem em relação aos cidadãos civis, ele se encontrando no prefácio da terceira edição de *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*, uma obra considerada fundamental para a compreensão da vida militar na Academia Brasileira das Agulhas Negras (AMAN).

Nesse contexto, as Forças Armadas se percebem não apenas como guardiãs da soberania nacional, mas também como uma instituição dotada de uma identidade singular que transcende as fronteiras do contexto civil.

A concepção de uma identidade singular se traduz em um compromisso uma disciplina hierárquica e o patriotismo, que são frequentemente exaltados como essenciais para a manutenção da ordem e da segurança nacional. Ao assumir essa postura, as Forças Armadas se posicionam como uma instituição que se vê como portadora de um saber especializado e de uma experiência que lhes confere um status diferenciado na esfera pública. Essa percepção, portanto, reforça a ideia de que as Forças Armadas estão imbuídas de uma responsabilidade única e intransferível.

Essa autoimagem trás a percepção de distinção dos militares na estrutura política, sugerindo-lhes uma legitimidade que se fundamenta em uma tradição de serviço e proteção à nação, diferenciando-se, assim, das dinâmicas sociais e políticas que caracterizam a vida civil. Sendo eles necessários para a estruturação do Estado, pois os civis teriam uma carência nata dos atributos necessários.

A aparente vontade militar de livrar o Estado da sociedade civil pode permitir àquele realizar os fins desta contra a vontade e a resistência dela. Isso não significa absolutamente que a instituição se coloque acima das classes, mas sim que **ela defende o status quo segundo sua própria lógica**. Porque, se as forças armadas, por definição, defendem apenas o que existe, sua gramática é a da guerra e não a da reprodução social (Rouquié, 1984, p. 55)

Essa lógica de proteção da nação, conforme articulada por Alain Rouquié, reflete uma perspectiva que prioriza o manutenção do *status quo* e a preservação de uma ordem estabelecida. Em consequência, essa postura cria um espaço onde a atuação militar é frequentemente legitimada sob o pretexto da necessidade de salvaguardar a integridade nacional e garantir a estabilidade social. Esse argumento é usado para justificar intervenções

que, mesmo em tempos de paz, são apresentadas como essenciais para proteger a sociedade de ameaças percebidas.

O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, em seu 50º dossiê, intitulado "A Questão Militar no Brasil: o Retorno do Protagonismo dos Militares na Política", publicado em março de 2022, apresenta uma síntese das reflexões acumuladas pelo Observatório da Defesa e Soberania do escritório Brasil. Nele, há uma leitura do ambiente militar, podendo ser expresso como uma ideologia conservadora e liberal delineando-se e manifestado por meio de cinco características fundamentais:

Quadro 6 – Características do Ambiente Militar

Característica	Descrição
Corporativismo	o sentimento de pertença à corporação militar supera qualquer outro, até mesmo o sentimento nacional. O militar se percebe como superior aos civis e a corporação se considera a própria essência da nação, tendo como “destino manifesto” a “missão de salvá-la”.
Visão de um Estado fiscal e ajustador de demandas dos interesses privados	o Estado forte é aceito apenas na área de Defesa e de segurança pública.
Valores	orientados por uma crença no humanismo-cristão conservador, carregados de ideias do individualismo, a ética do sucesso e a noção de que os grandes se expandem. Consideram pautas identitárias como divisionismo.
Liberalismo-conservador	compreende que a Democracia é papel das elites, cabendo ao povo somente o voto, não necessariamente universal.
Anticomunismo	o comunismo é visto como o inimigo histórico dos militares no Brasil e antagônico à ordem ocidental.

Fonte: DOSSIÊ nº 50. **A Questão Militar no Brasil: o retorno do protagonismo dos militares na política.** Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, março de 2022, p. 7-8.

Essas características reiteram, mais uma vez, o ambiente militar marcado por um espírito de corpo e uma sensação de superioridade em relação aos civis, além de evidenciar o caráter elitista que permeia a instituição. Essa dinâmica, já discutida e fundamentada ao longo deste documento, ressalta como a mentalidade militar pode influenciar as interações com a sociedade, perpetuando a ideia de que os militares detêm uma compreensão mais profunda sobre, praticamente, qualquer questão.

A compreensão da ideologia da caserna é imprescindível para análises políticas e sociais no Brasil, uma vez que essa ideologia exerce influência significativa sobre a política, a segurança nacional, as políticas públicas, a cultura armamentista e, indubitavelmente, sobre as relações civis-militares em sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O militarismo enquanto ideologia marcante na América Latina pode ser relacionado à emergência dos exércitos profissionais, ele não está vinculado ao caudilhismo, em que pese poderem perfeitamente serem estabelecidos em um país de maneira conjunta. A burocracia contribui para a noção profissionalizante das armas nacionais, trazendo ainda mais credibilidade para os seus atos, independente da legitimação dessas ações perante o Estado Democrático de Direito.

Olhando por uma perspectiva regressiva, é nítida a constante proximidade das Forças Armadas para com os governos civis. Isto restou corroborado ao longo de toda a história brasileira, desde a sua criação no período imperial, as primeiras intervenções feitas pelos militares e outras tantas vezes após a sua independência. Em vista disso, as Forças Armadas começaram a se entender como o grupo capaz de ponderar e moderar as questões sensíveis do país.

Isto, suscita um debate profundo acerca da adequação e da efetividade da atuação das Forças Armadas em um contexto onde o respeito às instituições democráticas deveria prevalecer, levantando questões sobre os limites e as responsabilidades da militarização no espaço político.

O retorno ao prestígio das Forças Armadas envolve tanto a recuperação de uma imagem institucional, até então marginalizada a época de sua criação e após períodos autoritários, quanto uma resposta às crises políticas e sociais que o país enfrenta. As Forças Armadas têm desempenhado um papel controverso, ora atuando como agentes de estabilização, ora como protagonistas de crises institucionais. Não obstante, a confiança e a percepção de infalibilidade atribuídas a essas instituições permanecem como uma constante na trajetória histórica do país.

Ademais, pode-se considerar, sobre a percepção da confiança na instituição armada, estar relacionada a diversos fatores sociais, históricos e culturais, que influenciam a maneira como a população enxerga a atuação dos militares. Portanto, o questionamento acerca das razões que levam à confiança em uma instituição que, em muitas circunstâncias, não realiza ações específicas para cultivá-la permanece em aberto e suscita um debate mais amplo sobre a legitimidade e a função das Forças Armadas no cenário democrático brasileiro.

A dinâmica estabelecida de ações da caserna sobre toda a vida civil influencia, em muito, o jogo político. Por exemplo, a pouco tempo, presenciou-se a elaboração e divulgação, por parte do Instituto General Eduardo Villas Bôas, Instituto SAGRES e o Instituto

Federalista, de um Projeto de Nação, trazendo diretrizes e estratégias para um país militarizado, basicamente, uma manual para um golpe. Também, por meses a fio, as vinte e sete capitais brasileiras tiveram estruturas de acampamentos em frente a batalhões militares exigindo intervenção por parte das Forças Armadas quanto ao resultado das Eleições Presidenciais de 2022. Não podemos esquecer, claro, da depredação do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal ocorrida nos Ataques do 8 de janeiro. Todos esses acontecimentos descritos não tiveram resistência por parte da Instituição e, por vezes, obtiveram a sua chancela.

Em suma, esses atos são resultado da construção social da realidade criada por esses grupos e do apoio concedido por uma grande massa à força armada, considerando legítima as suas ações e envolvimento políticos, principalmente, no quesito de ser o moderador e sanador de questões conflituosas da sociedade. Genericamente, as Forças Armadas buscam uma legitimação pelo simples fato de existirem. Essa noção de justificativa se manifesta em diversas formas, como a promoção de uma cultura de segurança, a valorização de símbolos militares e a adoção de práticas que reforçam a centralidade do militarismo na vida pública e política.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, Pablo Emanuel Romero. O negacionismo na oposição de Jair Bolsonaro à Comissão Nacional da Verdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, 2021.
- ANTUNES, Luiz Fernando Toledo. **Desclassificação tarjada: o sigilo de documentos das forças armadas brasileiras no contexto da Lei de Acesso à Informação**. Escola de Administração de Empresas de São Paulo: Fundação Getulio Vargas, 2021.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BARTELSON, Jens. **War in International Thought**. 1.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pecado original da República: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil**. [s.l.] Bazar do Tempo, 2017.
- CASTRO, Celso. **General Villas Bôas: conversa com o comandante**. Editora FGV, 2021.
- CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: Um antropólogo na caserna**. 3ª Edição. Zahar, 2021.
- CENTENO, Miguel Angel. **Blood and debt: war and the nation-state in Latin America**. University Park, Pa: Pennsylvania State Univ. Press, 2002.
- CORSALETTE, C. **Uma crise chamada Brasil: A quebra da Nova República e a erupção da extrema direita**. São Paulo, SP: Fósforo, 2023.
- DELGADO, Marcio de Paiva. **O Golpismo Democrático Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna de Imprensa na Quebra da Legalidade (1949-1964)**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG, 2006.
- DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. Universidade de São Paulo, Edusp, 2013.

DULLES, John WF; LACERDA, Carlos: a vida de um lutador, 2: 1960-1977. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

DOSSIÊ nº 50. **A Questão Militar no Brasil: o retorno do protagonismo dos militares na política.** Março de 2022. Disponível em: [A questão militar no Brasil: o retorno do protagonismo dos militares na política | O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social](#). Acesso 27 out 2024.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 3. ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30.** 1 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

FREEDEN, Michael. **Ideology: A Very Short Introduction.** New York: Oxford University Press, 2003.

JAKUPEC, Viktor. **Dynamics of the Ukraine War: Diplomatic Challenges and Geopolitical Uncertainties.** Cham: Springer Nature Switzerland, 2024.

JANOT, Mariana. JÚNIOR, David Succì. et al. Desprojetos de Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 27 maio 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/desprojetos-de-brasil/> Acesso 24 out 2024.

HACKETT, James; International Institute For Strategic Studies (ORGS). **The military balance: 2023.** London: Routledge, 2023.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares.** Biblioteca do Exército, 2016.

KRUIJT, Dirk.; KOONINGS, Kees. From political armies to the ‘war against crime’ The transformation of militarism in Latin America. Em: **Militarism and international relations: political economy, security, theory.** Cass military studies. First published ed. London New York: Routledge, 2013.

LYNCH, Christian. Edward. Cyril. Entre o autoritarismo e o judicialismo: o espectro do Poder Moderador na República (1889-1945). **História do Direito**, v. 2, n. 3, p. 82, 2 mar. 2022.

LYNCH, Christian. Edward. Cyril. Um conservadorismo estatista: nacionalismo, democracia cristã e crítica do neoliberalismo na obra de Oliveira Vianna. **Revista Política Hoje**, v. 27, p. 9–26, 13 maio 2018.

LYNCH, Christian Edward Cyril; CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. **O populismo reacionário: ascensão e legado do Bolsonarismo.** 1a reimpressão ed. São Paulo, Brazil: Contracorrente, 2022.

LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Pública: militares e política no Brasil.** São Paulo, SP: Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

LODGE, Milton. TABER, Charles. **Three Steps toward a Theory of Motivated Political Reasoning**. In: LUPIA, Arthur. McCubbins, Mathew. Popkin, Samuel L. Elements of Reason: Cognition, Choice, and the Bounds of Rationality. San Diego: Cambridge University Press, 2000.

MELLO, Guilherme Pires de. Uma Outra Sagra de Golpe. Insight Inteligência, ano XXIV, nº 97, jun 2022.

MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937**. Companhia das Letras, 2007.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto Estratégico. In: Oliveira, Eliézer Rizzo de (ORGS). **Militares pensamento e ação política**. Campinas, SP: Papyrus, 1987, p. 53-86.

QUADROS, Marcos; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, n. 3, p. 486–522, dez. 2018.

RAMOS, Luciana de Oliveira; CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci de. SAMPAIO, Joelson de Oliveira. **Relatório ICJBrasil**, 2021. São Paulo: FGV Direito SP.

REIS, Robson Vitor Freitas; MARTINS, Juliana Guedes. Contornos democráticos à liberdade de expressão. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, v. 34, n. 2, 2018.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Tradução: Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo, Brasil: Editora Alfa-Omega, 1948.

REZENDE, Maria José. As Forças Armadas e a Reflexão de Raymundo Foro sobre a Abertura Política, 1984. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 43, n. 1, p. 97-120, Abril de 2009.

RIBEIRO, Filipe Nicoletti. **Da monarquia parlamentar ao regime da ordem**. São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo, 2021.

RIBEIRO, Filipe Nicoletti. Soldados da política: embates partidários e relações institucionais no contexto da questão militar (década de 1880). **Revista de História**, n. 182, p. 1–32, 1 dez. 2023.

SÁ COSTA, Frederico Carlos de. A relação civil-militar e os estudos estratégicos. **Teoria e Sociedade**, v. 1, n. 22, p. 10–25, jun. 2014.

SÁ COSTA, Frederico Carlos de. Subsídios Para O Estudo Da Teoria Política Das Relações Entre Civis E Militares. **HOPLOS - Revista de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais**, v. 1, n. 1, 2017.

SAGRES, Instituto. **Projeto de Nação – Cenário Prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivo, Diretrizes e Óbices**. ISBN: 978-85-53117-02-4. Brasília, 2022.

SANAHUJA, José Antonio; VITELLI, Marina Gisela; LÓPEZ BURIAN, Camilo. Derechas neopatriotas y fuerzas armadas en América Latina: Una mirada desde las relaciones civiles militares. **Estudios Ibero-Americanos**, v. 49, n. 1, p. e44033, 5 set. 2023.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **À margem do abismo: conflitos na política brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

SCHULZ, John. **O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894**. São Paulo, SP: Edusp, 1994.

SCHWARCZ, Lilia. Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 2019.

STEPAN, Alfred C. **Authoritarian Brazil: origins, policies and future**. New Haven London: Yale university press, 1973.

STEPAN, Alfred. **Os Militares: da abertura à nova república**. Tradução: Adriana Lopez; Ana Luiza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos genereis de 1964**. 2006. 339f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Nosso exército: essa grande escola**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

TAYLOR, Charles. **Argumentos Filosóficos**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 2000.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. 3 ed. Brasília, DF : Editora Ser, 2002.

VAGTS, Alfred. **A history of militarism: civilian and military**. New York: Meridian Books, 1959.

VICTOR, Fábio. **Poder camuflado: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2022.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990 - 1998)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.